



NAS
RODAS

E NAS
REDES

Uso da internet por mulheres
de movimentos populares

Nas rodas e nas redes: uso da internet por mulheres de movimentos populares

Organização_Sophia Branco e Cristina Lima

Revisão_Sophia Branco e Cristina Lima

Projeto gráfico e ilustrações_Isabella Alves

Realização_Universidade Livre Feminista, através das organizações Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, Cunchã Coletivo Feminista e SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia.

Equipe da Pesquisa-diagnóstico *Mulheres populares militantes e uso da internet*

Antônia Henriqueta Carvalho, Beth Ferreira, Bibiana Serpa, Carmen Silva, Cristina Lima, Deborah Guaraná, Denise Soares, Francisca Maria Rodrigues Sena, Jéssica Barbosa, Milena Barroso e Sophia Branco.

Coletivos de mulheres que participaram da pesquisa-diagnóstico

Amazonas_Associação Parintins Cidadã-AM, Coletivo Mulheres de Fibra da Amazônia (Colima) e mulheres representantes das comunidades: Panauaru e Zê Açú.

Pernambuco_Grupo Espaço Mulher, Grupo de Teatro Mulheres Madalena, A Partida, Sindicato das Empregadas Domésticas, Fórum de Mulheres de Pernambuco, Coletivo de Mães Feministas Ranúzia Alves, Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, Grupo Liberdade Vamo Simbora, Rede de Feministas Antiproibicionistas, Centro de Ensino Popular e Assistência Social de Pernambuco Santa Paula Frassinetti (Cepas), Movimento de Luta dos Bairros e Favelas (MLB), Coletivo Faça Amor Não Faça Chapinha (FAFNC), Coletivo de Mulheres de Jaboatão.

Ceará_Mulheres representantes de: Comunidade Quilombola Batoque, Território Indígena Tapeba, Comunidade Caetanos de Cima, Comunidade Jenipapo, Comunidade Quilombola Porteirias, Fortim, Fazenda Ilha do Esaú, Território Indígena Tabajara, Território Indígena Tabajara, Comunidade Currealinho, Assentamento Maceió, Movimento Sem Terra (MST) e Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE).

Sugerimos e estimulamos a reprodução total ou parcial dos conteúdos desta publicação. Favor citar a fonte.

Apoio Apoio: Fundo Global para Mulheres, Pão para o Mundo, FFORD, International Women's Health Coalition (IWHC), Heinrich Böll.

Parcerias Fórum de Mulheres de Pernambuco e Fórum Cearense de Mulheres

A Universidade Livre Feminista é uma ação colaborativa compartilhada por Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, Cunchã Coletivo Feminista e SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. www.feminismo.org.br

B816n Branco, Sophia

Nas rodas e nas redes: uso da internet por mulheres de movimentos populares / organizado por Sophia Branco, Cristina Lima; ilustrado por Isabella Alves. – Brasília: CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2020.

104 p. ; il. [recurso eletrônico]

ISBN: 978-65-87792-00-2

1. Mulheres populares. 2. Feminismo. 3. Internet.

I. Branco, Sophia. II. Lima, Cristina. III. Título

Elaboração: Bibliotecária e Documentalista: Sofie Teles – CRB-5\1901.

Brasil, 2020

NAS
RODAS

E NAS
REDES

Uso da internet por mulheres
de movimentos populares

Sumário

- 06_ **Prefácio**
- 10_ **Apresentação**
- 21_ ***“Se eu puder aprender isso aqui, eu não vou mais para o bando das panelas”*: o (não) uso da internet por mulheres populares em Parintins-AM**
 - 1. A “cidade digital” do Amazonas p.22
 - 2. Diferenças e desigualdades no acesso e uso da internet pelas mulheres p.26
 - 3. Do real ao virtual: desigualdades de ontem e de hoje p.38
- 43_ **Mulheres enredadas no mundo real e virtual: a luta por direitos no contexto das comunidades tradicionais no Estado do Ceará**
 - 1. Perfil das mulheres p.46
 - 2. Contextos p.48
 - 3. Os achados da pesquisa p.55
 - 3.1. Mulheres enredadas p.55
 - 3.2. Mulheres enredadas no mundo virtual p.56
 - 3.3. Nem sempre foi assim... p.57
 - 3.4. A internet no cotidiano das mulheres p.58
 - 3.5. Internet para quê? p.61
 - 4. Considerações Finais p.62

67_ A internet e as desigualdades que atravessam as nossas vidas: um debate sobre o uso da internet entre militantes de classe popular do Recife

1. Os usos que fazemos da internet p.71
2. As nossas reflexões sobre os usos que fazemos da internet p.76
3. O acesso às tecnologias p.78
4. “Um aplicativo que não falha na minha casa é ser mãe”: o uso da internet e os trabalhos de cuidado p.81
5. “A internet me consome”: internet e saúde mental p.84
6. Internet e militância p.88

98_ Abrindo caminhos...

Prefácio

Larissa Santiago*

*

Feminista negra, Comunicadora,
Coordenadora de Blogueiras Negras e
Integrante da Rede de Colaboradoras
da Universidade Livre Feminista

Estamos diante da maior crise pandêmica que este século já presenciou. É nesse contexto que me chega a novidade de apresentação desta pesquisa. Em isolamento social, nós estamos exatamente agora imersas no uso intensivo de dispositivos e ferramentas que nos permitem manter contato com as pessoas, com nosso trabalho, com nossos afetos e nossa militância. Estamos vendo a vida lá fora através das telas, mais intensamente do que antes.

Se até aqui nós pensávamos com entusiasmo sobre o que a explosão da internet, redes sociais e afins fizeram com o nosso ativismo e militância, parece que tudo está ruindo, já que as mensagens de zap, as reuniões, as chamadas de vídeo e os e-mails brotam como se fossem *gremilins* (sim, aqueles bichinhos que se multiplicam), numa sensação de completo afogamento em meio a telejornais, notícias em *blogs*, de maneira que estamos cada vez mais bombardeadas por informações e *fake news*.

Enquanto isso, filósofos, tecnicistas, teóricos e doutores estudam sobre tecnologias solucionistas, pós-neoliberalismo, inteligência artificial, escolas digitais e vigilância em massa. Aplicativos criados para mapear casos da nova doença, misturado a vazamento de dados com aplicativos de videochamada. Lives e mais conversas online. Um zilhão de informações nos microbloggins e páginas de rede social. Algoritmos.

De quantas palavras novas se faz uma agenda sobre tecnologia? Com quantas ideologias californianas se desenvolve um aplicativo de delivery? De quantos neologismos se constrói a exclusão digital?

Apesar da necessidade de conexão frente a um novo-velho mundo, a romantização do consumo universal da tecnologia também delimita e expõe a desigualdade: Quem são os que têm acesso pleno a ferramentas e dispositivos? Onde estão concentrados os produtos e produções originados deste pleno acesso? De quem são as narrativas (ainda) hegemônicas?

Essa pesquisa vem tentar responder a algumas dessas perguntas. E que felicidade tê-la!

Foi no ano passado que presenciei a energia nos olhos e corpos das mulheres da Rede de Colaboradoras da Universidade Livre Feminista ao apresentar seus frutos. Foi em Recife - a capital das lutas

- que a gente se emocionou e sentiu o abraço das companheiras entrevistadas, das que fizeram parte das oficinas, das que debateram e expuseram dificuldades e desafios, sabores e dores. Foi naquele tempo - e continua sendo neste - que tivemos certeza que a perspectiva das mulheres negras periféricas, amazônicas, do campo e da cidade sobre o usar, acessar e fazer tecnologia é uma outra. E parafraseando o professor Milton Santos, nós temos lutado exatamente por uma outra tecnologia.

E é isso que vocês verão nesta pesquisa: uma apresentação dos dados sobre acesso nas periferias, nas cidades do norte e nordeste deste país, da floresta ao litoral. Mas não só isso! Essa pesquisa feminista traz a sensibilidade dos dados, refeitos nas falas, nas teorias e práticas das mulheres e seus territórios. Revela a verdade sobre políticas de banda larga, sobre as invenções e intenções de cidades digitais, com uma perspectiva toda específica, dos fazeres das mulheres negras, ribeirinhas e periféricas e suas militâncias.

A pesquisa aponta também caminhos e novos-velhos debates a partir das vivências daquelas mulheres: do aplicativo que não falha, da tecnologia da informação e comunicação compartilhada, dos usos e desusos e sobretudo da relação entre a tecnologia e a saúde mental. Vamos perceber juntas que as reflexões aqui trazidas extrapolam o velho clichê do acesso, descrevem resistências e reinventam jeitos de usar internet, dispositivos, ferramentas; denunciam precariedades do sistema político e da hegemonia e centralidade dos territórios outros, que não Norte e Nordeste.

Os escritos desta pesquisa dizem quem somos: mulheres nos seus territórios, que com seus saberes e fazeres entendem muito mais sobre velocidade, conexão, distribuição via satélite e rádio, rede e sobre os projetos políticos colonizadores e totalitaristas de “levar” o progresso para a Amazônia, para as áreas rurais do Ceará, ou para a região metropolitana do Recife: é o tecno-totalitarismo sentido na pele.

A partir daqui, deixamos pra trás o conceito de brecha digital e, assim como numa oficina de cuidados digitais certa vez as mulheres renomearam a ferramenta de guardar senhas “keypass” de “quepeste”, nós cunhamos agora outro termo: arrombamento digital.

Podendo, ou não, queremos juntas reinventar, propor soluções, porque assim já o fazemos. Essa pesquisa é a prova, não aquela científica fria nem metodologicamente distante, mas a corporeificada, de que nós, as mulheres negras, periféricas e ribeirinhas, do campo e da cidade somos a vanguarda do mundo. Desde os nossos territórios.

Obrigada por viver o mesmo tempo de vocês.

Apresentação

Ao longo dos últimos dez anos, a Universidade Livre Feminista tem se dedicado a fortalecer as lutas e movimentos feministas através de processos contínuos de formação *on-line*, presenciais e semi-presenciais, estimulando a produção coletiva de conhecimento e promovendo a comunicação e articulação entre feministas de diferentes partes do Brasil. Essa tem sido uma trajetória de muitas descobertas e desafios, na qual temos aprofundado as nossas reflexões sobre como construir uma pedagogia feminista *on-line*.

Do surgimento da Universidade Livre pra cá, o feminismo ocupou cada vez mais espaços na internet e a internet passou também a ocupar lugares cada vez mais estratégicos nas disputas políticas em curso no país e mundo afora. Os *blogs* e as redes sociais foram a porta de entrada de muitas militantes para o feminismo, principalmente para a geração nascida a partir da década de 1990. Ao mesmo tempo, a militância também tem sido um estímulo para que muitas mulheres, antes excluídas desse universo, se apropriem da internet, movidas pela necessidade de utilizar redes sociais e e-mails para mobilização e articulação política⁰¹.

Sendo a Universidade Livre Feminista um projeto político pedagógico que surge com o intuito de explorar as possibilidades colocadas pela ampliação do acesso à internet, temos pensado continuamente sobre o papel que ela cumpre nas nossas experiências de articulação política, sobre como explorar esses recursos de maneira contra-hegemônica e também sobre as suas limitações. Entre os desafios encontrados no nosso caminho estão as profundas desigualdades que atravessam a vida das mulheres e o seu acesso às tecnologias.

A internet é muitas vezes vista como um espaço de democratização do conhecimento, que abre inúmeras oportunidades de difusão de sa-

[01] Algumas pesquisas têm sido desenvolvidas sobre o uso da internet entre militantes. Sobre a incorporação da internet em novas práticas de articulação política, destacamos a pesquisa realizada por Priscilla Brito, intitulada "Primavera das Mulheres": Internet e dinâmicas de protesto nas manifestações feministas no Rio de Janeiro em 2015". Sobre a aproximação da internet a partir da militância por mulheres antes excluídas do acesso às tecnologias digitais, apontamos o artigo de Angélica Patrícia de Almeida e Márcio Simeone Henriques, "A apropriação do Facebook por agricultoras que constroem a agroecologia e os feminismos em diferentes contextos socioambientais brasileiros", publicado no relatório da TIC 2018.

beres, acesso a informação e liberdade de expressão. Mas, como apontam Frederico da Silva e Paula Ziviani, na sua análise sobre o acesso e os usos “culturais” desta rede⁰², se observarmos as estruturas e relações político-econômicas que regem a internet, é possível constatar que ela reproduz as desigualdades de acesso encontradas em outras esferas das nossas vidas. Isso ocorre, entre outras razões, porque a internet é um campo de disputa entre quem a entende como um serviço essencial para o exercício da cidadania e do direito à comunicação e aqueles que a enxergam como um universo de exploração comercial. O fato da internet ser também um produto impõe diversos limites para a expansão do seu acesso, fazendo com que ele seja restringido pela lógica do mercado e da concentração de poder econômico.

Desigualdades de classe, raça, gênero e escolaridade, assim como as desigualdades entre as áreas rurais e urbanas, estão entre os fatores que condicionam a forma como nos relacionamos com o mundo digital. Isso impõe uma série de questões para a construção de um projeto político-pedagógico que pretende combater desigualdades e injustiças. Como utilizar uma ferramenta cujo acesso é tão desigual para dialogar e fortalecer redes entre a diversidade de experiências de militância feminista no Brasil?

Ainda que o acesso à internet venha se ampliando cada vez mais, principalmente através da popularização dos *smartphones*, a qualidade da internet a que temos acesso também é muito desigual. Ela depende do fato de utilizarmos celular ou computador para acessar a rede, da capacidade de armazenamento de dados desses aparelhos, do fato de termos um dispositivo para uso individual ou para uso compartilhado entre a família, do contato e da formação que tivemos em relação a estas ferramentas, do serviço de internet que podemos contratar e também do serviço disponível nas áreas onde vivemos. O acesso à internet é também marcado pela falta de acessibilidade de muitas plataformas para pessoas com deficiências, sendo esse mais um fator de exclusão do mundo digital.

[02] Os autores desenvolvem estas reflexões no artigo “O campo da internet: acesso e usos ‘culturais’ da rede”, publicada no relatório da TIC Domicílios 2018. A TIC Domicílios é uma pesquisa desenvolvida desde 2005 pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, que faz um mapeamento do acesso à internet nos domicílios do país e do uso das tecnologias pela população.

Olívia Bandeira e André Pasti⁰³, em artigo sobre os desafios colocados para a educação à distância, afirmam que “segundo a pesquisa TIC Domicílios 2018, 85% dos usuários de internet das classes D e E acessam a rede exclusivamente pelo celular, e somente 13% se conectam tanto pelo aparelho móvel quanto pelo computador. Na classe A, a tendência se inverte”. Esses autores afirmam também que “segundo estudo da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), 55% dos acessos móveis do país são pré-pagos. E sabe-se que boa parte dos usuários pós-pago são clientes ‘controle’, que pagam uma taxa fixa mensal, mas têm um limite, em geral, bastante estrito de tráfego de dados”.

As desigualdades de gênero e os estereótipos historicamente construídos sobre as mulheres também são fatores que acentuam as dificuldades do nosso acesso à internet. O afastamento do universo tecnológico e digital que, em geral, marca a socialização feminina, a falta de recursos para acessar as tecnologias de informação e comunicação (TIC) e a sobrecarga com o acúmulo dos afazeres domésticos e trabalhos de cuidado se apresentam como alguns dos elementos que marcam a desigualdade no acesso entre homens e mulheres. Segundo as análises de Frederico da Silva e Paula Ziviani⁰⁴, o grupo que menos acessa a internet é predominantemente formado por mulheres, negras, em idade de 45 a 59 anos, fora da população economicamente ativa (PEA), e que não completaram os estudos. Esse dado reflete a sobreposição das desigualdades de raça, gênero e classe que marcam a vida deste grupo social e o seu acesso às tecnologias.

As questões apresentadas até aqui refletem alguns dos desafios que enfrentamos na Universidade Livre Feminista e motivaram a realização da *Pesquisa-diagnóstico Mulheres populares militantes e uso da internet*, que teve como objetivo contribuir para a superação das dificuldades que encontramos na realização de processos educativos e de comunicação com mulheres de diferentes partes do país.

[03] No artigo “Como o ensino à distância pode agravar as desigualdades agora”, publicado no Nexa Jornal em 3 de abril de 2020.

[04] No artigo “O campo da internet: acesso e usos ‘culturais’ da rede”, publicado no relatório da *TIC Domicílios 2018*, já referenciado anteriormente.

As diferenças entre o acesso à internet pelos celulares e pelo computador, por exemplo, alteram bastante o engajamento nos processos de formação através da educação à distância. A qualidade da conexão e a capacidade de armazenamento de dados também é determinante para que os conteúdos possam ser acessados. Estes são desafios presentes no cotidiano das militantes com quem dialogamos e com quem nos articulamos politicamente, em processos formativos virtuais e presenciais.

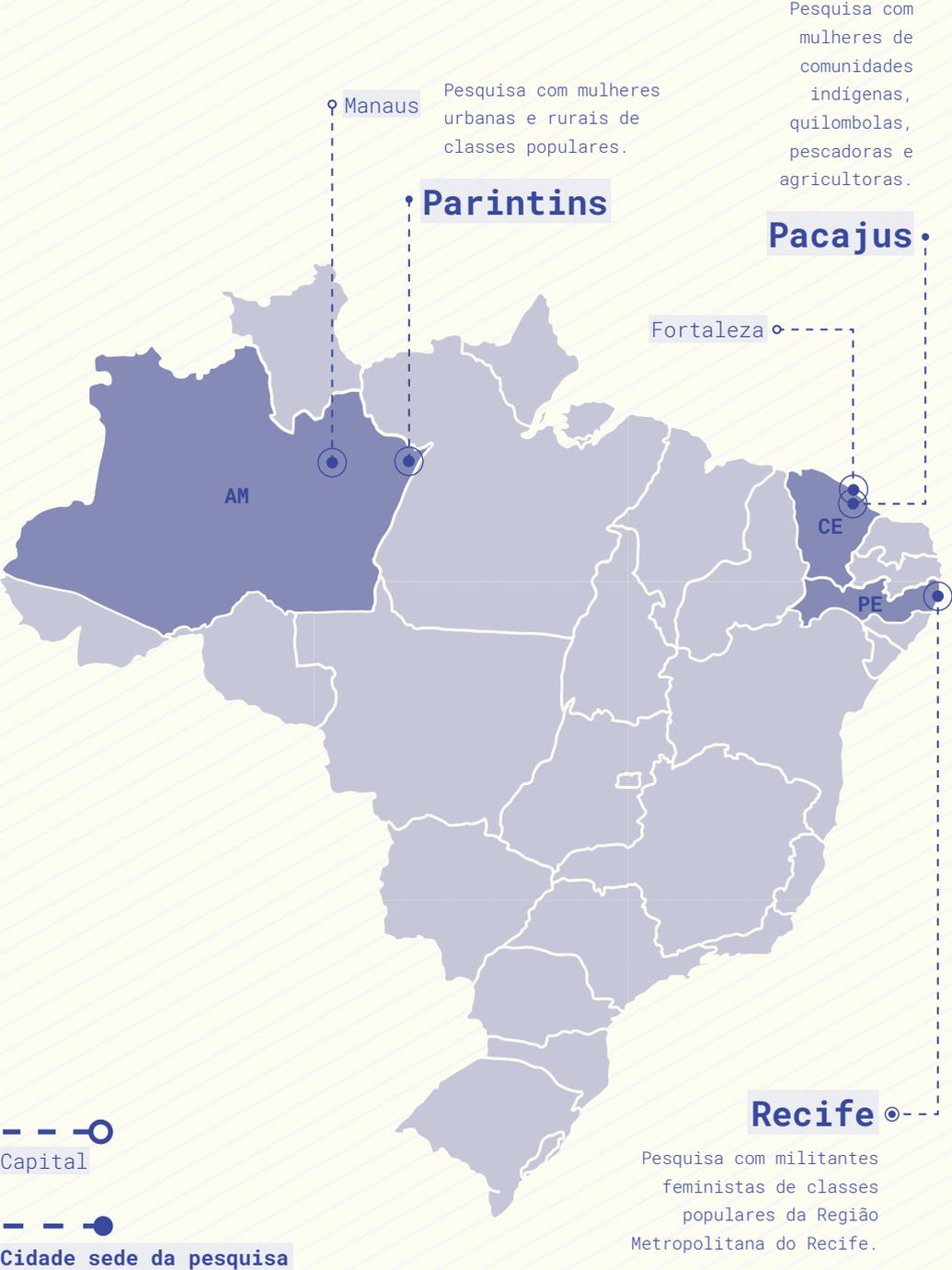
Com o objetivo de conhecer melhor estas realidades para traçar estratégias criativas de enfrentamento a estes desafios, realizamos em junho de 2018 uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório com atividades em três cidades do Brasil, nas regiões Norte e Nordeste. Em Parintins, Amazonas (AM), realizamos a pesquisa com mulheres urbanas e rurais de classes populares. Em Pacajus, Ceará (CE), com mulheres de comunidades indígenas, quilombolas, pescadoras e agricultoras. E, no Recife, Pernambuco (PE), as interlocutoras são militantes feministas de diferentes periferias da Região Metropolitana.

As oficinas da pesquisa tiveram momentos de roda de diálogo ou grupo focal e atividades práticas de acesso ao site e à plataforma da Universidade Livre Feminista. Nas rodas de diálogo, discutimos a forma como a internet está inserida no nosso cotidiano, quais são as dificuldades enfrentadas para o acesso à internet e como nos relacionamos com o conteúdo que acessamos nesse universo. As atividades práticas foram desenvolvidas com o intuito de avaliar a acessibilidade dos nossos canais.

Na composição dos grupos que participaram da pesquisa, buscamos garantir uma diversidade etária, de escolaridade e de envolvimento com movimentos feministas, movimentos de mulheres ou outros movimentos sociais. As oficinas revelaram pontos de aproximação entre as experiências das participantes dos diferentes estados, mas cada realidade apresenta suas especificidades. Dentro de cada oficina, as trajetórias das participantes também revelaram a pluralidade das relações que estabelecemos com a internet, mostrando que diferenças geracionais, de escolaridade, profissionais e nas dinâmicas familiares também interferem na forma como estamos inseridas no mundo digital.

Ainda que de forma exploratória, a pesquisa nos mostrou como são diversas as realidades de acesso à internet entre as mulheres no Brasil,

TERRITÓRIOS DA PESQUISA



o que sugere que não é possível pensar em processos de formação feminista que não estejam atentos às especificidades dos contextos que atravessam as nossas vidas. Ficou evidente a importância de conversarmos mais sobre o lugar que a internet ocupa nas nossas vidas e nas nossas militâncias e, também, que temos muito o que aprender através da troca de experiências e conhecimentos entre nós, tanto entre gerações como entre regiões e tradições culturais.

Do momento em que esta pesquisa foi realizada até o momento de sua publicação, muitas coisas aconteceram no cenário político do Brasil. Estes eventos tiveram impacto na forma como refletimos sobre o uso da internet na nossa militância, politizando as discussões em torno do acesso às TIC. As eleições presidenciais de 2018 foram marcadas pela disseminação de *fake news* através do *WhatsApp* e outras redes sociais, que contou com uma estratégia de utilização de algoritmos para o direcionamento de mensagens construídas para cada perfil de eleitor. As *fake news* tiveram grande influência nos resultados daquelas eleições. Foram, possivelmente, decisivas. Com a vitória do governo autoritário de extrema direita com que vivemos hoje no Brasil, intensificaram-se as discussões sobre cuidados digitais⁰⁵ e isso vem alterando os debates políticos que temos feito sobre essas tecnologias no nosso cotidiano e na nossa atuação política nos movimentos sociais.

Estamos finalizando esta publicação em um momento de confinamento social em decorrência da pandemia do COVID-19. Muitos desafios estão colocados para as nossas vidas e para a nossa militância nesse contexto. E pouco se sabe sobre como o mundo irá se reorganizar daqui em diante. Em relação à internet, não é diferente. O contexto de confinamento social intensificou nosso uso da internet em vários sentidos, nas nossas formas de trabalho, lazer e sociabilidade. Intensificou também os debates sobre as estratégias de educação à distância. São discussões que trazem à tona novamente estas desigualdades e os desafios que temos pela frente, assim como os limites do mundo digital. Há algo constitutivo da experiência humana que se evidencia com o isolamento social: a importância das relações sociais e da inte-

[05] Reflexões sobre cuidados digitais foram desenvolvidas na publicação "Comunicação de Guerrilha e Cuidados Digitais: estratégias de resistência feminista", que partilha experiências de formação política do Fórum de Mulheres de Pernambuco/Articulação de Mulheres Brasileiras.

ração face a face. Esse é um dos aprendizados importantes para seguirmos refletindo como queremos que as tecnologias digitais estejam inseridas em nossas vidas.

Em relação à nossa organização política, o confinamento também tem nos obrigado a utilizar a internet de forma muito mais intensa e criativa para a discussão e deliberação de ações, disseminação de informação e análise de conjuntura. Esta intensidade tem nos mostrado a importância de reorganizar os espaços de interação política em grupos de *WhatsApp* e em reuniões virtuais, integrando também ao espaço *on-line* princípios que são importantes na nossa atuação presencial, como a distribuição dos tempos de fala e a escuta atenta à contribuição de todas. No caso dos movimentos feministas, o momento tem nos impelido à reinvenção de práticas de cuidado e autocuidado entre nós, como as rodas de autorreflexão e a atenção com a duração e o ritmo dos nossos debates políticos. Também estamos buscando formas de reduzir as desigualdades entre nós, na busca de uma crescente ampliação da participação das militantes nos processos virtuais, que precisam ser cada vez mais inclusivos.

Entre a publicação deste material e cada leitura feita, quantas outras coisas não terão transformado a forma como nos relacionamos com essas tecnologias? Esta publicação traz reflexões exploratórias sobre os desafios que temos pela frente. É um convite para continuarmos pensando juntas sobre como podemos enfrentar os desafios que se colocam para a nossa atuação política e para a construção de um mundo melhor para vivermos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Angélica Patrícia de; HENRIQUES, Márcio Simeone. “A apropriação do *Facebook* por agricultoras que constroem a agroecologia e os feminismos em diferentes contextos socioambientais brasileiros”. In: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (ed.). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2018**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2VTaKnX>. Acesso em 28 de abril de 2020.

BANDEIRA, Olívia; PASTI, André. “Como o ensino à distância pode agravar as desigualdades agora”. **Nexo Jornal**. São Paulo, 3 de abril de 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3d5c8K9>. Acesso em 29 abr. 2020.

BRITO, Priscilla Caroline de Sousa. **“Primavera das mulheres”**: Internet e dinâmicas de protesto nas manifestações feministas no Rio de Janeiro em 2015. Dissertação de Mestrado (Sociologia e Antropologia), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

FÓRUM DE MULHERES DE PERNAMBUCO. **Comunicação de Guerrilha e Cuidados Digitais**: estratégias de resistência feminista. Recife: Escola de Ativismo; SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2020.

SILVA, Carmen; BRANCO, Sophia; MELLEIRO, Waldeli. **Diálogos feministas**: ativismo na internet e coletivos online no atual contexto político. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Recife: SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, 2019. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/15691.pdf>

SILVA, Frederico Augusto Barbosa da; ZIVIANI, Paula. “O campo da internet: acesso e usos ‘culturais’ da rede”. In: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (ed.). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC domicílios 2018**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2VTaKnX>. Acesso em 28 de abril de 2020.



“Se eu puder aprender isso aqui, eu não vou mais para o bando das panelas”: o (não) uso da internet por mulheres populares em Parintins-AM

Denise Soares*
Milena Barroso**

*

Feminista, Assistente Social,
Especialista em Direito e Proteção
Social, Mestre em Serviço Social e
Sustentabilidade na Amazônia.
debebsoaresh@gmail.com

**

Feminista, Assistente Social,
Colaboradora da Universidade Livre
Feminista, Professora do Curso de
Serviço Social da Universidade Federal
do Amazonas, no Instituto de Ciências
Sociais, Educação e Zootecnia- ICSEZ e
do Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social e Sustentabilidade na Amazônia
(PP). mibarroso@yahoo.com.br

Equipe de pesquisa:
Denise Soares e
Milena Barroso

Este artigo é resultado de um encontro realizado em junho de 2018, em Parintins, promovido pela Universidade Livre Feminista (ULF), com o objetivo de apreender, a partir do diálogo com mulheres populares, como ocorre o acesso à internet na Amazônia brasileira – particularmente, em contextos distantes dos grandes centros urbanos – e apontar as diferenças e desigualdades presentes nos processos educativos e de comunicação à distância mediados pelo uso desta ferramenta. Estiveram presentes 12 mulheres, de diferentes gerações, entre estudantes, trabalhadoras da cidade e da floresta.

O encontro ocorreu nas dependências da Universidade Federal do Amazonas, *campus* Parintins, em **três momentos**. O *primeiro*, de acolhimento e preenchimento de um pequeno questionário sobre o perfil das participantes e do uso da internet. O *segundo*, de discussão em grupos sobre o acesso à internet, a partir de três questões norteadoras: como ocorre o uso da internet, quais as dificuldades do acesso e qual a relação das participantes com as informações. O *terceiro* momento foi uma atividade prática de conhecimentos básicos sobre o manuseio do computador e da internet no laboratório de informática. As mulheres foram orientadas sobre o passo a passo para o acesso à plataforma da ULF, em que puderam explorar as ferramentas e os cursos disponíveis. Aquelas que estavam tendo o primeiro contato com um computador foram orientadas de forma prática, desde ligar o equipamento até pesquisar conteúdos que lhes interessassem na internet. Ao final da atividade, foi realizada uma avaliação sobre o encontro, a partir do relato de cada participante. Na oportunidade, foram feitos registros audiovisuais que contribuíram para a transcrição de algumas falas e sistematização do processo.

1. A “cidade digital” do Amazonas

Parintins é a segunda cidade mais populosa do Amazonas, com 114 mil habitantes, segundo dados do IBGE de 2018. Está localizada no extremo leste do estado, à margem direita do Rio Amazonas, distante cerca de 369 quilômetros de Manaus. Esta distância é relativizada pelos caminhos do maior rio do mundo. A depender do movimento de águas – das “cheias” ou “vazantes” –, o deslocamento de Parintins à capital pode durar até vinte e quatro horas de barco. O município é

conhecido pelo *Festival Folclórico de Parintins*, manifestação cultural realizada anualmente no último final de semana de junho, que conta com a apresentação, durante três dias, das associações folclóricas Boi Caprichoso (de cor azul) e Boi Garantido (de cor vermelho). A festa, que tem como marca apresentações que envolvem a vida na floresta, a preservação ambiental e a questão indígena, movimentou o município econômica e socialmente durante grande parte do ano, sendo, com a pesca e o comércio, uma das principais fontes econômicas da população.

Além do Festival Folclórico, em 2006, Parintins ficou conhecida como a ***cidade digital do Amazonas***, com a implantação de banda larga em duas praças públicas⁰⁶. Apesar de tal iniciativa, até início de 2020 – quatorze anos depois –, período de sistematização final da presente pesquisa, o acesso à internet ocorria de forma restrita através de provedores locais por meio de radiofrequência, de dados móveis (3G e 4G) fornecidos por grandes empresas de telefonia e, via satélite. Atualmente um plano básico de internet via rádio com 5Mbits de velocidade custa em média R\$ 200,00, sendo que até 2018 esse valor era cobrado para pacotes de 1Mbps. Enquanto em outras regiões do país se encontram serviços de internet com tecnologias bem mais acessíveis e populares (à base de fibra ótica cabeada), com velocidade até cem vezes superior e com valor bem mais baixo.

Nesta direção, Lucas Milhomens Fonseca, em artigo sobre os desafios do ciberativismo na Amazônia⁰⁷, afirma que “a banda larga ainda não chegou de fato para a maioria da população na Amazônia”. Sabemos que a qualidade da navegação ou a possibilidade de fazer *downloads*, *uploads*, assistir a vídeos *on-line*, compartilhar arquivos, entre

[06] A cidade foi uma das primeiras do Brasil que contou com a implantação de tecnologias sem fio pela prefeitura e iniciativa privada, por meio do projeto de Cidade Digital, em 2006.

[07] “Ciberativismo na Amazônia: os desafios da militância digital na floresta”, de Lucas Milhomens Fonseca. Integra a coletânea Cultura, política e ativismo nas redes digitais, organizada por Sérgio Amadeu da Silveira, Sérgio Braga e Cláudio Penteadó e publicada pela Editora Fundação Perseu Abramo, em 2014.

outras operações, depende da velocidade disponível e, para que se tenha velocidade de conexão “rápida”, é necessária uma infraestrutura telecomunicacional efetiva. Conforme dados do IBGE, até 2008, somente 20% da população da região Norte tinha internet considerada “banda larga”. Segundo Fonseca, isso traz consequências para todo o tipo de inserção em redes sociais digitais, sites, *blogs* etc., principalmente no que diz respeito à frequência de participação das pessoas dentro desses espaços virtuais.

A banda larga nas praças funcionou no início, mas entre instabilidade e suspensões, o serviço deixou de operar nos últimos anos. Neste sentido, Parintins está longe de ser uma cidade digital, realidade que guarda similaridade com outros municípios da Região Norte. Conforme destaca Fonseca,

historicamente, o norte do país é a região que menos possui cobertura de telecomunicações, isto é, serviços de telefonia fixa, celular, fibra óptica e acesso à internet. A deficiência deve-se ao fato da ideia de alto custo tecnológico de investimentos para a consolidação do setor na região. Argumento este apresentado, sobretudo, pelas empresas privadas de telecomunicações que atuam na Amazônia com a autorização do governo federal e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Nas reflexões que desenvolve sobre a produção de conhecimento na internet a partir dos *blogs*, Fabio Malini⁰⁸ aponta que essa conjuntura interfere diretamente na relação dos moradores da região Norte com a produção e desenvolvimento de conteúdo na rede mundial de computadores.

Este é o contexto geopolítico no qual estão inseridas as mulheres que participaram da pesquisa em Parintins. Expressão da desigualdade regional, a “longa distância” entre Parintins e outros municípios de pequeno e médio porte de outras regiões do país é resultado do desenvolvimento historicamente marcado pela exploração predató-

[08] “Cartografia da blogosfera no Brasil: perspectivas amazônicas”, de Fabio Malini, publicado nos anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 7 de setembro de 2009 em Curitiba, pela Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

ria e violência selvagem⁰⁹. Afinal, as regiões onde a natureza é rica e abundante são locus privilegiados de exploração e esse é o caso da Amazônia brasileira¹⁰.

A região é considerada um subcontinente, por sua *dimensão e diversidade socioambiental*, sendo a maior sociobiodiversidade do globo, pela presença de vários grupos étnicos, distintas línguas, além de ser a maior floresta tropical úmida do mundo. Apesar disso, quanto mais a Amazônia é vista por esta diversidade, mais as contradições de ontem e de hoje ganham complexidade no plano local¹¹. Chega-se a esta constatação a partir das precárias condições de vida da maioria da população, na deficiência e inexistência de diversos serviços públicos e privados, entre os quais, podemos situar a política de *inclusão digital*. Isto nos leva a considerar que a “exclusão digital”¹², considerada nas suas várias dimensões, é mais uma das expressões das desigualdades presentes da região.

[09] Algumas reflexões sobre a exploração e a violência que marcam este modelo de desenvolvimento predatório podem ser encontradas no livro *Amazônia: expansão do capitalismo*, Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Muller, publicado pela editora Brasiliense em 1977.

[10] Nádia Socorro Fialho, Sandra Helena Ribeiro Cruz, Solange Maria Gayoso da Costa, Jurandir Santos de Novaes e Maria Elvira Rocha de Sá discorrem sobre esta questão no texto “Exploração mineral na Amazônia brasileira: o estado do Pará em questão”. Disponível em: <https://bit.ly/3f6bUnL>.

[11] Marilene Correa Silva discute estas contradições e complexidade em sua tese de Doutorado em Ciências Sociais, intitulada “Metamorfoses da Amazônia”, defendida em 1997, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

[12] Sergio Amadeu da Silveira, no artigo “Para além da inclusão digital: poder comunicacional e novas assimetrias”, afirma que “no Brasil, a expressão “exclusão digital” passou a caracterizar o fenômeno das barreiras socioeconômicas, colocadas diante da maioria da população, para uso das tecnologias da informação, desde o final dos anos 1990. Foi também no Brasil que se denunciou a ideia de inclusão digital apenas como consumo de tecnologias”, ampliando “a discussão sobre a autonomia da sociedade, da apropriação das tecnologias e da ampliação da diversidade cultural”.

2. Diferenças e desigualdades no acesso e uso da internet pelas mulheres

Quais as particularidades do acesso e uso da internet nessa região? O que diferencia o uso e acesso das mulheres de Parintins das que residem em outras regiões do Brasil? O que as aproxima nessa questão?

Como aponta Marilene Freitas¹³, a Amazônia não é um espaço sociocultural homogêneo. As populações da região são compostas de grupos sociais urbanos e rurais heterogêneos, do ponto de vista da situação econômica; de sociedades e comunidades indígenas de distintos e diversos modos de adaptação e articulação histórico-cultural; de grupos isolados remanescentes de fricção interétnica e de arranjos próprios de sobrevivência com a sociedade nacional; e, ainda, de grupos e contingentes populacionais deslocados para a região por mecanismos governamentais ou devido a fluxos de exploração econômica ou reajustes institucionais na região.

Tais processos foram decisivos para a diversidade não apenas ambiental da Amazônia, mas, social. O perfil populacional de Parintins reforça essa heterogeneidade e nos permite compreender aspectos importantes para analisar as desigualdades em relação ao uso e acesso à internet. Segundo o censo de 2010, 52.304 habitantes eram homens e 49.729 habitantes mulheres. Ainda segundo o mesmo censo, 69.890 habitantes viviam na zona urbana (68,50%) e 32.143 na zona rural (31,50%). Na área rural, há um predomínio de ribeirinhos, ribeirinhas e indígenas das etnias Sateré-Mawé e Hixkaryana.

Pode-se dizer que os dados oficiais não retratam a diversidade étnico-racial da população parintinense, posto que, apesar de se constituir como uma região formada principalmente por povos indígenas, tem apenas 1,01% de indígenas registrados como tal. Ainda segundo o IBGE (2010), a população de Parintins é também composta por 13.216 brancos e brancas (12,95%), 2.364 negros e negras (2,32%), 356 ama-

[13] O artigo "Políticas públicas, territórios, populações tradicionais e ambiente na Amazônia" integra a coletânea *Amazônia: territórios, povos tradicionais e ambiente*, organizada por José Admir de Oliveira e Elenice Scherer, publicada pela editora EDUA, em 2009.

relas e amarelas (0,35%) e 85.063 pardos e pardas (83,37%). Os dados são ilustrativos do mito da “pardalização” tão presente e reforçado pelas instituições brasileiras.

As doze mulheres que participaram do referido encontro eram oriundas da zona urbana e rural, de diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade, envolvendo estudantes e trabalhadoras de diversos segmentos, com ou sem envolvimento em movimentos sociais e que acessam a internet pelo celular, principalmente para uso do *WhatsApp* e *Facebook*, conforme sintetiza a figura 1.

O perfil das participantes e os seus relatos demonstraram grande aproximação com as particularidades da região. Estiveram presentes em seus depoimentos as limitações em relação ao acesso aos aparelhos eletrônicos, as dificuldades em manusear tais instrumentos, obstáculos para o acesso devido ao custo para utilização da internet no município, estrutura precária da cidade em relação aos serviços prestados pelas companhias de telefonia e internet. Estas questões foram elencadas como impedimentos para o acesso a conteúdos diversos e utilização da internet como uma ferramenta para o trabalho e militância. Sobre os meios de uso da internet, elas destacam:

“Aqui a maioria optou pelo celular. Não tem acesso pelo computador, porque é meio passado o computador, né. Não, nem todo mundo tem. Então o celular é mais fácil. É um aparelho que você pode ter em mãos a todo momento, está na rua, está no bolso, está no sutiã, vai para algum canto nós temos. Então, no celular nós gostamos de ver aqui as imagens, a internet, as imagens que a maioria disse que gosta de tirar foto, gosta de ver as suas fotos, melhorar com os aplicativos, enviar para família.”

Participante 1, Parintins, 2018.

“A gente meio que misturou as nossas duas realidades. Aqui é mais nós que somos as mais novas, e a outra colega que também não é velha só que a realidade dela é um pouco diferente da nossa. A gente colocou os meios que a gente utiliza que é o celular e o notebook.”

Participante 2, Parintins, 2018.

“Ninguém tem computador, ninguém tem notebook, tablet, nada, somente o celular mesmo. E aí são esses aplicativos que nós temos: o relógio, o Facebook, a agenda telefônica, mensagem, música, foto, pesquisa, câmera, rádio, vídeo, YouTube, o calendário e o WhatsApp.”

Participante 3, Parintins, 2018.

Ao serem questionadas sobre a quais aparelhos têm acesso, as respostas foram unânimes em relação ao celular, tanto como meio de comunicação como de entretenimento. A forma de utilização também se diferencia, ao considerarmos as faixas etárias das participantes. As mulheres de maior idade utilizam o celular como meio de comunicação por meio de ligações telefônicas. As mais jovens, por sua vez, relataram que utilizam o celular como meio de comunicação por meio de aplicativos e outras funções que o celular dispõe. Sobre o uso do computador, apenas as universitárias fazem uso, para assistir filmes e fazer trabalhos acadêmicos.

Para a maioria da população mundial, o celular também é a principal forma de acessar a internet. No entanto, embora a conectividade móvel e de internet tenha se espalhado rapidamente, a sua distribuição não segue essa tendência. O espaço ou o chamado “mundo virtual” reproduz as desigualdades do “mundo real”, entre estas, a desigualdade de gênero. O *Relatório da Exclusão Móvel de Gênero 2018*¹⁴ estima que mais de 1,2 bilhão de mulheres em países de baixa e média renda não usam internet móvel. Além disso, as mulheres têm em média 26% menos probabilidade de usá-la. As últimas estimativas da União Internacional das Telecomunicações (UIT) sugerem que as mulheres em todo o mundo são 12% menos propensas que os homens a terem acesso à internet e que, nos países considerados “menos desenvolvidos”, as mulheres têm 33% menos probabilidade que isso.

Para as mulheres de Parintins, o uso do celular se destaca se comparado a outros equipamentos em razão do baixo custo e maior disponibilidade no mercado local. Porém, nem todas as mulheres possuem um celular que lhes permita acesso à internet e outras sequer têm celular.

[14] Disponível em: <https://www.gsma.com/latinamerica/w20-superando-exclusao-digital-genero/?lang=pt-br>.

Das doze participantes, duas afirmaram não possuir o aparelho, pois não tinham condições financeiras para adquirir o produto naquele momento. As narrativas abaixo destacam como as mulheres se sentem com a falta do celular:

“Eu já tive, mas aí caiu, quebrou a tela, não prestou mais. Ah, é difícil. É porque a gente, às vezes, quer ligar para os colegas, ficar conversando, assistir série assim, para outras coisas ou mesmo fazer trabalho de pesquisa.”

Participante 4, Parintins, 2018.

“Eu, quando eu fiquei sem celular, para dizer a verdade, parece que a gente fica desinformada de tudo o que está acontecendo, aí quando a gente volta a ter é uma bomba... coisa diferente, a gente nem sabia o que estava acontecendo aqui pelo mundo, até mesmo na nossa cidade.”

Participante 5, Parintins, 2018.

“Porque eu sozinha não me comunicava. Aí, como minha amiga ligava para mim: olha tal dia vai ter reunião, então vem aqui na minha casa, vem assistir filme comigo. Aí lá vai eu para lá. Agora eu não posso saber o que está acontecendo [E se alguém quiser falar com a senhora como é que consegue?] Aí ligam para meu filho, quando não para outra filha aí ela vem lá do interior, vem para cá para a cidade vem trazer notícia para poder eu me comunicar.”

Participante 6, Parintins, 2018.

As participantes destacam que, sem celular, se sentem isoladas, e que, sem o celular e sem a internet, se sentem desinformadas e com dificuldade para estabelecer contatos profissionais ou familiares. Isto porque as informações chegam pelo celular de forma rápida, instantânea. O dispositivo acaba desempenhando a função de receber e interagir com as informações no momento em que elas acontecem, além de possibilitar a mobilização de militantes para participação em reuniões e outras atividades. Porém, esse avanço tecnológico crescente tende também a deixar aquelas que não podem acessá-lo cada vez

mais excluídas, uma realidade latente no estado do Amazonas. A cobertura do sinal de telefonia móvel e da rede de internet está disponível em grande parte dos municípios, mas em condições precárias, instáveis, como apontado no item anterior.

Em Parintins, as mulheres destacaram que as dificuldades vão além do acesso à internet, já que o acesso aos equipamentos tecnológicos é limitado pela ausência de recursos financeiros e dificuldade da própria cidade em garantir uma estrutura necessária para possibilitar este acesso. Assim, a precariedade dos serviços de telefonia e internet no município despontam para dificuldades cada vez maiores em viabilizar a inclusão digital dos seus habitantes.

“Falta de conhecimento, a maioria aqui, né, porque quem tem celular dessa sociedade de hoje, tem tanta informação, tem tanto aplicativo, tem tanta coisa para gente mexer, ainda mais que agora é só de passar o dedo, quando a gente passa assim já aparece um monte de coisa e fica perdido. E na nossa cidade o sinal é terrível né, tem horas que você tem e horas que não tem. Tem que correr para perto onde está mais perto. E o principal, também, a internet é os nossos créditos. A gente não tem dinheiro, coloca 15 reais de crédito quando você vai ver não tem mais, já foi tudinho. Então, e a internet também vai. Isso daqui é, acho que é para todo mundo.”

Participante 1, Parintins, 2018.

“E as dificuldades é que, às vezes, fica sem sinal o nosso telefone. Até aqui na própria cidade tem lugares que não pega. Por exemplo, a gente tá aqui na UFAM, aí tem alguns lugares aqui na sala que “oi, oi, oi, tá me ouvindo?”, não tá me ouvindo. Aí o sinal. E plano de internet que é para o celular, que também tem aquela dificuldade, como as meninas já falaram, não é sempre que a gente tem dinheiro pra tá colocando crédito, e a gente coloca, não dura tanto assim a internet, que a gente não sabe nem como acabou tão rápido.”

Participante 2, Parintins, 2018.

“*As nossas dificuldades: no caso de nossa colega é a falta de celular que ela não tem. Ali da colega é o aparelho dela, que não tem essas tecnologias, o dela é bem simples, só tem para ligar e receber ligações. E também a falta de crédito, se você não tiver crédito, você também não tem internet. Então essa é uma das maiores dificuldades.”*
Participante 3, Parintins, 2018.

Segundo Helena Martins¹⁵, em artigo sobre os impedimentos ao acesso à telecomunicação, desenvolvido com base no relatório do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGIBR)¹⁶, “as desigualdades por classe socioeconômica e por áreas urbanas e rurais demarcam diferenças em relação ao acesso à internet. A rede mundial de computadores está presente em 30% dos domicílios de classe D/E (proporção que era de 23% em 2016) e 34% das residências da área rural (em 2016, era 26%). Já nas classes A e B, as proporções atingem 99% e 93%, respectivamente”. De acordo com a autora, os dados indicam

que o acesso aumentou, mas que ainda está longe de ser comparado ao que é vivenciado por pessoas mais ricas e moradoras dos centros urbanos. Além disso, 19% dos domicílios conectados não possuem computador, o que representa 13,4 milhões de residências. Essa proporção era de apenas 4% em 2014, o que mostra também que o acesso está se dando de forma precária, sobretudo por meio dos dispositivos móveis.

[15] “Telecomunicações: universalização segue distante, limitando o exercício de direitos”, de Helena Martins. Artigo que integra a coletânea Direito à comunicação no Brasil 2018, organizada pelo Intervenções – Coletivo Brasil de Comunicação Social e publicada no mesmo ano.

[16] “O Comitê Gestor da Internet no Brasil tem a atribuição de estabelecer diretrizes estratégicas relacionadas ao uso e desenvolvimento da Internet no Brasil e diretrizes para a execução do registro de Nomes de Domínio, alocação de Endereço IP (Internet Protocol) e administração pertinente ao Domínio de Primeiro Nível “br”. Também promove estudos e recomenda procedimentos para a segurança da Internet e propõe programas de pesquisa e desenvolvimento que permitam a manutenção do nível de qualidade técnica e inovação no uso da Internet”. Disponível em: <https://cgi.br/>.

Nessa direção, Sergio Amadeu da Silveira¹⁷, argumenta que, em razão do “fracasso do mercado em assegurar a infraestrutura básica de banda larga onde não havia renda suficiente para remunerar o modelo de negócios nascido do programa brasileiro de privatizações”, em 2009, o governo brasileiro lança um Plano Nacional de Banda Larga. Porém, o autor afirma que

as operadoras de telefonia passaram a atuar para bloquear qualquer tentativa do Estado de atuar diretamente na oferta de conexão, ou até mesmo de implementação de controles mais rígidos de preço e qualidade. Acusadas de ineptas na construção desta infraestrutura, as operadoras voltaram sua carga para reverter o plano de ampliação da banda larga, em um plano de ampliação dos benefícios econômicos para sua atividade.

Em síntese, o Estado não conseguiu organizar uma política pública de “inclusão digital” coerente e minimamente articulada que possa ser comparável ao Sistema Único de Saúde (SUS) ou à política educacional.

Parintins é exemplo das tentativas ineficazes e pouco impactantes de inclusão digital na Região Norte. Na cidade, ainda hoje não há internet de qualidade, o acesso à rede é feito predominantemente através de dados móveis adquiridos no comércio local com mais facilidade. A internet via satélite geralmente é usada em grandes empresas, órgãos públicos, universidades etc. (com acesso restrito). Em relação à internet via radiofrequência, o serviço é disponibilizado por provedores de pequeno e médio porte da região, atendendo a um limitado número de domicílios e *LAN houses* que podem pagar a instalação de uma antena e mensalidade de um pacote básico que custa em média R\$ 200,00. No caso das *LAN houses*, espaços comuns na cidade, o serviço é terceirizado e vendido por hora de acesso.

Esta realidade traz implicações para toda a população, mas de forma particular para as mulheres que, em razão da divisão sexual do trabalho, assumem a responsabilidade pelo cuidado da família e aca-

[17] No artigo “Para além da inclusão digital: poder comunicacional e novas assimetrias”, que integra a coletânea *Inclusão Digital: polêmica contemporânea*, organizada por Maria Helena Silveira Bonilla e Nelson De Luca Pretto e publicada pela Eufba, em 2011.

bam, em sua maioria, direcionando seus rendimentos às despesas domésticas, o que torna o pagamento para acesso à internet ou compra de um celular itens secundários e de uso esporádico. Ademais, o tempo para o uso da internet em espaços como as *LAN houses*, em razão da sobrecarga e do acúmulo de trabalho – que também se constitui como barreira para o domínio das mulheres em relação às tecnologias –, é reduzido para as mulheres mais pobres.

Se na zona urbana os problemas são recorrentes, para as mulheres que vivem nas comunidades rurais, o acesso a estes meios é quase inexistente. As duas participantes que residem na zona rural do município expuseram as limitações e mostraram a realidade das pessoas que vivem nas comunidades ribeirinhas em relação ao uso de aparelhos tecnológicos. Na maioria das comunidades indígenas e ribeirinhas, o principal meio de comunicação é o telefone público (conhecido “orelhão”). Conforme destacam as mulheres,

“Lá o sinal também não é bom, então nós usamos o orelhão. Aí, o orelhão a gente sabe que tem que comprar cartão ou então você liga a cobrar se a pessoa atender, né. O sinal de telefone pega, mas só entre a torre e a igreja, nesse território aqui o telefone pega o sinal.”

Participante 7, Parintins, 2018.

“A igreja é o centro principal da nossa torre, que é o canto da comunicação. É só onde pega o sinal. Se você quiser ter o seu segredo, dobre de costa não ouve o que o colega está falando e pode se comunicar, e pode ir embora como se nada foi.”

Participante 8, Parintins, 2018.

Em algumas comunidades há equipamentos que permitem o acesso de telefonia, entretanto, o acesso à internet não é possível. As torres de comunicação, na maioria das vezes, não funcionam, mantendo as populações ribeirinhas cada vez mais distantes. Trata-se de uma questão não só de digital, mas da violação do direito à comunicação, que traz implicações para outras dimensões da vida dessas populações, impostas pelo isolamento não voluntário e a exposição ainda maior pela desproteção que disso resulta. Nesse contexto, a superexposição das

mulheres à violência doméstica (quando impossibilitadas de acessar a rede de proteção ou denunciar a violência sofrida por canais remotos) é exemplo disso.

Para além dessas dificuldades, algumas mulheres relatam o fato de não saberem manusear os aparelhos eletrônicos, principalmente, as de maior idade, que algumas vezes dependem de outras pessoas para acessar determinados conteúdos ou até mesmo para enviar uma mensagem de texto.

“A minha é a falta de conhecimento para entrar na internet, para fazer pesquisa, por causa que quando eu quero fazer pesquisa, vou lá com a minha filha. Eu não aprendi porque eu não tenho assim um celular que use internet mesmo, porque o meu é só mesmo para receber ligações e fazer.”

Participante 6, Parintins, 2018.

“L eio a mensagem, mas não sei enviar de volta para pessoa. Por exemplo, esse chip que está neste celular aqui, que é meu, o aparelho é meu, mas o chip não é meu, é da minha filha de 15 anos, por causa das pesquisas que ela faz. Ela fica o dia todo na escola, quando ela chega ela vem buscar. Porque meus filhos, eles já têm mais um conhecimento com a internet, aí, eles que utilizam. Mas, eu digo assim, se eu não aprendi... Eu acho que mais o interesse que falta em mim mesmo, entendeu? Buscar o aprendizado. Porque, nesses tempos, se eu procurar, eu acho que eu consigo, né? Aí só que é assim, quando eu preciso ver, às vezes, um tecido elas colocam para mim. Mas, eu digo assim, mesmo ela colocando internet para mim eu não consigo tirar dali e fazer o trabalho, o tecido né. Só mesmo se for através da revista. Me acostumei assim.”

Participante 8, Parintins, 2018.

“À s vezes, eu faço assim, como eu trabalho, aí tem umas colegas que têm, internet e, às vezes, eu ponho crédito no celular delas, que é para elas puxarem o que eu quero. Assim, se eu quero ver um ponto de crochê, aí eu ponho crédito no celular

delas, aí elas puxam para mim na internet. Aí lá mesmo eu aprendo. Um ponto de... esses pontos de bordado em fita, também faço, aí eu faço isso.”

Participante 9, Parintins, 2018.

“É *que eu não sei enviar mensagem. Posso até escrever, mas enviar, não sei. Aí, para baixar uns vídeos de crochê, como ela está falando, eu também não consigo. Eu vejo mais o crochê pela revista. Tenho para mais de 25 revista, com modelos diferentes de tapetes e tecidos com barbante. Só compro mais o barbante e outras linhas. Aí eu consigo tirar da revista.”*

Participante 10, Parintins, 2018.

As falas evidenciam que as mulheres são principalmente receptoras de conteúdos e que o impedimento digital não é apenas da ausência de infraestrutura e de equipamentos, mas do acesso as informações sobre o seu uso. Apesar das limitações, as mulheres têm criado estratégias de minimizar as dificuldades buscando apoio dos filhos e/ou amigas para acessar determinados conteúdos e interagir nas redes sociais.

A atividade prática se tornou, para as participantes acima de 45 anos, um momento de realização pessoal ao acessarem pela primeira vez um computador. A emoção diante da experiência do contato com o computador e do acesso à internet por este meio endossou a importância de espaços de reflexão sobre tecnologia para mulheres.

“P *ra mim foi uma emoção muito grande, porque nunca um dia da minha vida eu fiquei em frente um computador desse [E como é que tá sendo?] Tenho um pouquinho de dificuldade para saber, eu sei que eu tenho meio receio... De mexer, pra de repente da lá outra coisa lá e eu não acerta voltar, só isso aí.”*

Participante 6, Parintins, 2018.

“A *h! Eu tô emocionada, tanta da coisa linda neste computador guardada aqui que ninguém sabe que está lá fora, só eu que estou aqui na frente vendo. [E aí, é tão difícil assim?] É para quem... quando a gente não sabe, né! Se eu puder aprender*

isso aqui e pagar outro para fazer eu não vou mais para o bando das panelas.”

Participante 8, Parintins, 2018).

“Difícil, mas dá para levar, né. Porque a gente já teve computador também em casa, só que eu nunca eu me interessei, era só para elas mesmo estudar. Aí depois, antes de o meu marido falecer, ele vendeu, aí, a gente ficou sem. Também ninguém comprou mais. Elas usam porque estudaram e precisavam mesmo.”

Participante 9, Parintins, 2018.

“Para mim parece que eu nasci ontem. Porque, diz a mamãe: - Eu não esperava de ver essas coisas hoje aqui. Uma coisa que para mim é tão difícil, agora eu aqui do lado dela, está sendo tão fácil olhar e ver tudo isso. E eu estou vendo que não é tanto difícil, depende da gente ter para fazer. Ter essa oportunidade para aprender.”

Participante 10, Parintins, 2018.

Para as participantes, o encontro e o contato com essas questões foram surpreendentes, seja pela troca de experiências e conhecimento, como pela oportunidade de ter tido contato com outra tecnologia distinta do celular. A dificuldade em manusear um celular do mais simples ao mais avançado, um computador ou *tablet*, apesar de se revelar também como uma questão geracional, não foi uma prerrogativa apenas das mulheres de maior idade. Algumas das mais jovens mencionaram o pouco contato com tecnologias além do celular, pela falta de oportunidade de acessar equipamentos.

Outro ponto destacado pelas mulheres foi o cuidado com as fontes e as notícias. Ao mesmo tempo em que reconhecem a importância e as possibilidades positivas da internet, demonstraram desconfiança no uso. Nesta direção, evidenciaram o controle sobre as pessoas, horários, itinerários, da privacidade. Foi destacada também a divulgação de imagens sem autorização, reproduzindo na rede a violência contra as mulheres.

Assim, apesar das dificuldades terem um recorte geracional importante a ser considerado, no geral, evidenciam a precária infraestrut-

tura do município no que tange a oferta dos serviços de telefonia e internet. Estes problemas apontam para uma exclusão digital que se caracteriza pelo não acesso à tecnologia, a não informação e perpassam questões estruturais como as desigualdades de classes e regional. Para Sérgio Silveira¹⁸, é perceptível que os líderes políticos e gestores públicos não entendem a importância da inserção do conjunto das camadas sociais na comunicação em rede para romper o processo de reprodução da miséria.

3. Do real ao virtual: desigualdades de ontem e de hoje

O uso e acesso às tecnologias da informação e comunicação pelas mulheres de Parintins refletem as desigualdades históricas e estruturais da região. Pensar esse tema apenas a partir do acesso ao celular e à internet poderia limitar a apreensão da questão e até falsear conclusões como a de que as mulheres populares de Parintins não estão excluídas digitalmente. Porém, uma análise qualitativa dessa questão – que pressupõe, além do consumo de tecnologia em si, discutir a autonomia, o conhecimento e a apropriação das tecnologias, a diversidade sociocultural, e a divisão sexual do trabalho – revela que as desigualdades do “mundo real” se reproduzem no “mundo virtual”.

A pesquisa confirma os impedimentos e as dificuldades para acessar as tecnologias e aponta que o computador é uma tecnologia pouco acessada pelas mulheres de Parintins, sejam elas de maior idade ou jovens. Destaca-se também a dificuldade para a produção de conteúdos, com as mulheres assumindo prioritariamente o papel de receptoras. *Facebook* e *WhatsApp* são os aplicativos mais acessados, o que coloca as redes sociais como principal recurso de comunicação mediado pela internet. Nas regiões mais afastadas da área urbana da cidade, o isolamento (não voluntário) é ainda maior, restando apenas o telefone público para comunicação.

[18] No artigo “Para além da inclusão digital: poder comunicacional e novas assimetrias”, que integra a coletânea *Inclusão digital: polêmica contemporânea*, organizada por Maria Helena Silveira Bonilla e Nelson De Luca Pretto e publicada 2011 pela Eufba.

O estudo revela que há uma enorme desigualdade na participação da sociedade no setor das telecomunicações no Brasil e que ainda existe um longo caminho no sentido de considerar o acesso à internet como um serviço essencial, embora, segundo Helena Martins¹⁹, esse conceito conste no Marco Civil da Internet desde 2014. Neste sentido, é possível afirmar que as limitações do acesso das mulheres à tecnologia resultam também da ausência de investimentos e políticas públicas neste campo, o que faz do Norte do país a região com os piores índices da qualidade e distribuição da internet. Nesta direção, as falas das mulheres indicam que não se trata apenas de inclusão/exclusão digital, mas da ausência de oportunidades, tanto pela inexistência de políticas sociais que visem a redução das desigualdades na região, como pelos impedimentos vivenciados pelas mulheres por serem mulheres vivendo na Região Norte.

Por fim, pode-se dizer que, para a maioria das mulheres populares, o acesso ou uso das tecnologias da informação e comunicação ainda é uma realidade distante. Logo, se de fato os meios de comunicação são essenciais para a manutenção ou mudança nas estratégias do poder, a inclusão destas mulheres no uso das redes digitais tenderá a tornar as disputas políticas mais complexas²⁰. Mesmo que contraditoriamente, afinal, não se constituem um bem comum, tais tecnologias podem promover tensionamentos nas desigualdades, com destaque para as desigualdades de gênero, que cristalizam os destinos de mulheres e seguem reforçando a divisão sexual do trabalho. Como destacou uma das participantes do estudo, ***“se eu puder aprender isso aqui eu não vou mais para o bando das panelas”!***

[19] No artigo “Telecomunicações: universalização segue distante, limitando o exercício de direitos”, que integra a coletânea Direito à comunicação no Brasil, organizada pelo Intervezes e publicada em 2018.

[20] Como aponta Sergio Amadeu da Silveira, no artigo “Para além da inclusão digital: poder comunicacional e novas assimetria”. Esse artigo integra a coletânea “Inclusão Digital: polêmica contemporânea”, organizada por Maria Helena Silveira Bonilla e Nelson De Luca Pretto e publicada em 2011 pela Eufba.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. **Amazônia: Expansão do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

FONSECA, Lucas Milhomens. Ciberativismo na Amazônia: os desafios da militância digital na floresta. In: SILVEIRA, SA. Et al. **Cultura, política e ativismo nas redes digitais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

FREITAS, Marilene Côrrea da Silva. Políticas públicas, territórios, populações tradicionais e ambiente na Amazônia. In: OLIVEIRA, José Admir de; SCHERER, Elenice (Org.). **Amazônia: territórios, povos tradicionais e ambiente**. Manaus: Edua, 2009, p. 23-24.

MALINI, Fabio. **Cartografia da blogosfera no Brasil: perspectivas amazônicas**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR- 4 a 7 set. 2009.

MARTINS, Helena. Telecomunicações: universalização segue distante, limitando o exercício de direitos. In: **Direito à comunicação no Brasil**. Intervezes, 2018. Disponível em: <http://intervozes.org.br/arquivos/interliv013dircom8.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2019.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho *et al.* **Exploração mineral na Amazônia brasileira: o estado do Pará em questão**. Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2W9Vty8>. Acesso em: 15 jul. 2017.

SILVA, Marilene Correa. **Metamorfoses da Amazônia**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. “Para além da inclusão digital: poder comunicacional e novas assimetrias”. In: BONILLA, MHS., e PRETTO, NDL., orgs. **Inclusão digital: polêmica contemporânea** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 49-59.

Mulheres enredadas no mundo real e virtual: a luta por direitos no contexto das comunidades tradicionais no Estado do Ceará

Francisca Maria
Rodrigues Sena*

*

Assistente Social, Mestra em Políticas
Públicas, Integrante
do Instituto Negra do Ceará.

Equipe de pesquisa:

Antônia Henriqueta
Carvaho, Beth Ferreira,
Cristina Lima e Francisca
Maria Rodrigues Sena Lima

Criar meu web site. Fazer minha home-page.
Com quantos gigabytes, se faz uma jangada.
Um barco que veleje, que veleje nesse informar.
Que aproveite a vazante da infomaré.
Que leve um oriki do meu velho orixá.
Ao porto de um disquete de um micro em Taipé.

Gilberto Gil

A auto-organização e as lutas por direitos das mulheres do campo, das cidades e das florestas do Brasil sempre foram permeadas por processos que envolvem o acesso a informações, à comunicação, à produção e à disseminação dos conhecimentos tradicionais e não-tradicionais. Ao longo dos últimos vinte anos, entre as permanências e as diversas transformações ocorridas na desigual realidade brasileira, é possível observar mudanças em relação a esses aspectos, que alteram a noção de tempo e de espaço, além de romperem fronteiras, favorecendo a articulação política das mulheres.

No entanto, após quase trinta anos da chegada da internet no Brasil (final da década de 1980) e após mais de duas décadas (1995) da sua difusão comercial, embora tenha havido grandes avanços no acesso, os indicadores apontam que ainda falta muito para que o serviço seja democratizado.

De acordo com a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016), 64% da população brasileira, com idade acima de dez anos, têm acesso à internet. Esse dado não é homogêneo e apresenta variações de uma região para outra, bem como dentro de uma mesma região ou estado, refletindo um quadro de injustiça que

colocava, por exemplo, estados do Norte e do Nordeste com menor acesso: 54,3% e 52,5%, respectivamente. Enquanto isso, no Sudeste, este percentual era de 72,3%.

Em relação à faixa etária, a pesquisa revelou que no país a grande maioria de internautas é jovem, chegando a 85% a parcela de pessoas com idade entre 18 e 24 anos que acessam a rede virtual. Já entre a população idosa, com mais de 60 anos, este índice é de 25%.

A pesquisa revelou também uma leve vantagem das mulheres no acesso à internet (65,5%), enquanto que, para os homens, esse índice era de 63,8%. Não sabemos em que medida esse aspecto é resultado de um maior nível de escolarização das mulheres no Brasil, mas esta é uma hipótese plausível.

De acordo com a pesquisa, o acesso à internet era realizado preponderantemente pelo aparelho celular, alcançando 94,6% de internautas, enquanto que pelo computador esse percentual era de 63,7%. Em relação às principais finalidades do acesso à internet, a pesquisa revelou que as pessoas a utilizam para a troca de mensagens de texto, de voz e imagens, através de aplicativos que permitem bate-papo.

Ter acesso a esses dados gerais nos traz alguns parâmetros para nossa pesquisa. Mas, além disso, a presente análise considera as desigualdades do país, sobretudo aquelas que afetam diretamente sujeitos historicamente injustiçados: mulheres de povos e comunidades tradicionais. Desta forma, buscou-se desvelar as realidades das mulheres, dentro desses contextos, não contempladas pelas pesquisas oficiais, ou contempladas apenas quantitativamente.

A presente pesquisa, portanto, teve por objetivo elaborar um diagnóstico que contribuísse para a superação dos desafios da própria Universidade Livre Feminista em relação ao acesso e uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e ferramentas de internet por mulheres das classes populares e de comunidades tradicionais, no sentido de apontar caminhos para nos aproximarmos destes segmentos em processos educativos e de comunicação.

Neste artigo, descreveremos os principais dados e teceremos análises decorrentes desse processo com as mulheres de comunidades tradicionais do estado do Ceará.

1. Perfil das mulheres

Na delimitação do universo da nossa pesquisa no Ceará, definimos investigar o nível de acesso à internet de **mulheres militantes de povos e comunidades tradicionais**, que lutam por seus direitos e os direitos dos seus povos e territórios. Dentre as participantes, apenas uma revelou não ter um vínculo orgânico com organizações comunitárias, movimentos sociais ou outros coletivos.

As doze mulheres que participaram da oficina realizada em Pacajus – Ceará, em junho de 2018, são oriundas de povos e comunidades tradicionais: indígenas (3), quilombolas (3), sertanejas (3) e pescadoras artesanais (3). São mulheres jovens e adultas: cinco das participantes eram jovens (com menos de 30 anos); quatro delas tinham entre 30 a 45 anos; e três tinham mais de 45 anos.

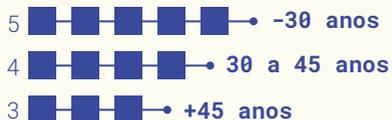
Essa classificação, feita a partir do autorreconhecimento identitário das mulheres e das suas vivências comuns, no entanto, não significa que elas partilham de uma realidade homogênea. É importante ressaltar a diversidade entre esses povos e comunidades tradicionais definidas, por exemplo, pelo fato de serem indígenas de um território geograficamente localizado na Região Metropolitana de Fortaleza ou, de outro, na zona rural de um município no sertão cearense. Ou ainda, o caso de uma comunidade de pescadoras/es situada na faixa litorânea do estado ou outra comunidade no entorno de um açude na zona rural.

Quanto à escolaridade, duas mulheres possuíam o Ensino Fundamental incompleto e uma, completo; uma possuía o Ensino Médio incompleto e cinco delas, completo; quatro possuíam graduação. Ou seja, a maioria tem instrução e possivelmente isso influencia na sua relação com a internet. É importante demarcar também que elas possuem vivências diferenciadas no processo de escolarização. Algumas das mulheres estudaram em escolas indígenas, em princípio, caracterizadas por uma educação específica, diferenciada e intercultural.

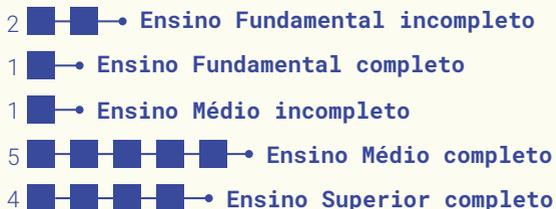
FIG. 2 PERFIL DAS PARTICIPANTES - CEARÁ

TOTAL ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ 12 mulheres

FAIXA ETÁRIA



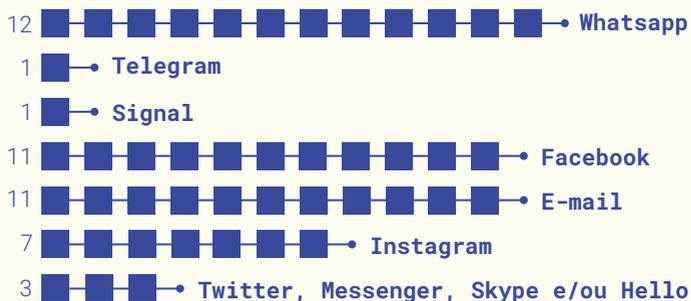
ESCOLARIDADE



POVOS E COMUNIDADES DE ORIGEM



REDE SOCIAL QUE UTILIZA



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

2. Contextos

De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, o estado, situado na região Nordeste do Brasil, possui uma área total de 148.886,3 Km. O IBGE estima que, em 2019, o Ceará tinha uma população de 9.076.426 habitantes, sendo o oitavo estado mais populoso do país. Possui 184 municípios e é banhado ao norte pelo Oceano Atlântico. A grande maioria dos municípios cearenses (95%) compõem o denominado Semiárido Brasileiro. O estado possui uma faixa litorânea com extensão de 573 quilômetros, representando 7,8% do seu território.

Considerando a realidade diversa do Ceará, nos debruçamos numa análise qualitativa do objeto na nossa pesquisa, ou seja, da realidade, das condições de vida e do acesso das mulheres de povos e comunidades tradicionais. De acordo com o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, os Povos e Comunidades Tradicionais são:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.²¹

Isso significa que falar desses povos tradicionais exige a consideração da sua identidade, da sua cultura, do seu território. E cada uma dessas mulheres fez uma narrativa permeada de memória e sentimentos do seu lugar e dos seus modos de vida.

Em relação às *mulheres indígenas*, foi compartilhado:

1. O histórico da formação dos povos e das comunidades;
2. A existência de espaços sagrados, como a Lagoa da comunidade indígena Tapeba, onde o povo celebra rituais e realiza várias atividades, especialmente no mês de outubro, quando acontece a Festa da Carnaúba e os Jogos Indígenas;

[21] Trecho do Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm.

3. A organização política desses povos, que conta com uma expressiva presença das mulheres, sobretudo na luta de 30 anos pela terra e território;
4. A prática tradicional das mulheres indígenas na criação e produção de artesanato, o que lhes assegura uma renda monetária;
5. O modo de vida baseado na agricultura familiar;
6. A experiência das escolas indígenas diferenciadas, como símbolo de resistência e luta;
7. O acesso às políticas públicas, através de Projetos como História e Cultura Afro-indígena dos Inhamuns, desenvolvido pela Coordenadoria de Desenvolvimento Regional da Educação - Crede 15/Secretaria da Educação do Estado do Ceará - SEDUC-CE nas escolas de Ensino Médio e do Projeto Paulo Freire. O projeto é desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário, assegurando assessoria técnica contínua e apoio aos planos de investimentos produtivos a atividades agrícolas e não-agrícolas.

No caso das *mulheres quilombolas*, destacou-se:

1. O modo de vida com base na agricultura familiar;
2. A força da oralidade na cultura e na memória do povo e na disseminação de saberes ancestrais;
3. As situações de racismo experimentadas pela comunidade, praticadas pela sociedade do município de Pacujá e da violência institucional da polícia, inclusive submetendo as/os quilombolas a constantes abordagens;
4. As expressões culturais, como por exemplo a atuação Caravana Cultural Quilombola de Caucaia, no fortalecimento e difusão da cultura desses povos;
5. O engajamento efetivo das mulheres na organização comunitária e lutas por direitos;
6. A dificuldade de comunicação por telefone celular, devido à baixa qualidade na emissão do sinal.

As mulheres pescadoras, descreveram assim seus territórios:

1. O modo de vida em torno da pesca artesanal, da agricultura e do turismo comunitário;
2. A atuação dos grupos de dança, música, audiovisual, mulheres e jovens na comunidade Caetanos de Cima;
3. A forte participação das juventudes, especialmente das mulheres, nas iniciativas políticas e culturais das comunidades;
4. A presença e atuação de vários movimentos nas comunidades, como o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR-NE, o Levante Popular, o Movimento de Cultura, o Museu Comunitário;
5. O preconceito e a discriminação por parte do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS em não reconhecer as mulheres pescadoras como profissionais e, conseqüentemente, negar os seus direitos;
6. A facilidade de acesso de algumas à internet, devido o município de Fortim fazer parte do Cinturão Digital do Ceará – CDC²²;
7. A vida difícil e pesada das mulheres pescadoras.

[22] “O CDC é composto de uma estrutura (*backbone*) de fibra ótica contendo anéis, subanéis e derivações (ramificações que saem do anel) com pontos que permitem a interconexão ao mesmo, medindo 4.150 Km mantido pelo Governo (Etice) e 3.910 Km mantido por parceiros, totalizando 8.060 Km que possibilita atender cerca de 90% da população urbana do Estado do Ceará. Seu propósito é viabilizar o acesso à internet de alta qualidade a todos os órgãos públicos do Estado e possibilitar que a população tenha acesso a serviços digitais como internet, videoconferência, TV Digital, telefonia celular etc., constituindo-se em ferramenta indispensável ao desenvolvimento econômico do Estado.” Disponível em: <https://www.etice.ce.gov.br/cinturao-digital-do-ceara/>.

As mulheres agricultoras trouxeram em seus relatos:

1. A experiência da agricultura familiar agroecológica;
2. A participação das mulheres na agroecologia, a partir de iniciativas das políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER e das feiras agroecológicas;
3. A rotina de acordar e ir dormir cedo;
4. O processo de desarticulação da luta comunitária, apesar da resistência do Assentamento Maceió (em Itapipoca);
5. O engajamento das agricultoras nos movimentos sociais como o MMTR-NE e o MST;
6. A experiência de ser militante e mãe, necessitando levar a filha para várias viagens, transitando entre o campo e a cidade e lidando com o choque cultural dessas duas realidades e da cultura política da educação no MST e da creche na cidade;
7. O contato e a reflexão sobre o feminismo nos momentos formativos e de lutas.

Além dos aspectos descritos até aqui, decidimos dar destaque aos relatos recorrentes das mulheres de que suas vivências e convivência ocorrem em territórios injustos, marcados por conflitos ambientais, que tanto ameaçam as comunidades. No período de 2006 a 2010, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), com o apoio do Departamento de Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, realizaram um projeto de constituição do Mapa Nacional de Conflitos Ambientais. Na época, foram identificados cerca de 300 conflitos em todo o país, sendo 20 deles mapeados no Ceará. Esse mapa revela a realidade dos conflitos relatados recorrentemente pelas mulheres que participaram da presente pesquisa em seus territórios.

Na linha do que propõe Henri Acselrad²³, entendemos por conflitos ambientais aqueles que envolvem:

[23] Em “Política ambiental e discurso democrático. O caso do Conselho Nacional de Meio Ambiente”, artigo publicado nos Anais do XX Encontro Anual da ANPOCS, em 1996.

grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

O referido Mapa aponta, como umas das principais características dos conflitos, a violação de direitos de grupos étnicos, populações tradicionais e comunidades discriminadas por sua origem ou sua cor. Esse quadro se configura como racismo ambiental, compreendido por Selene Herculano e Tânia Pacheco²⁴, como “as injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas”.

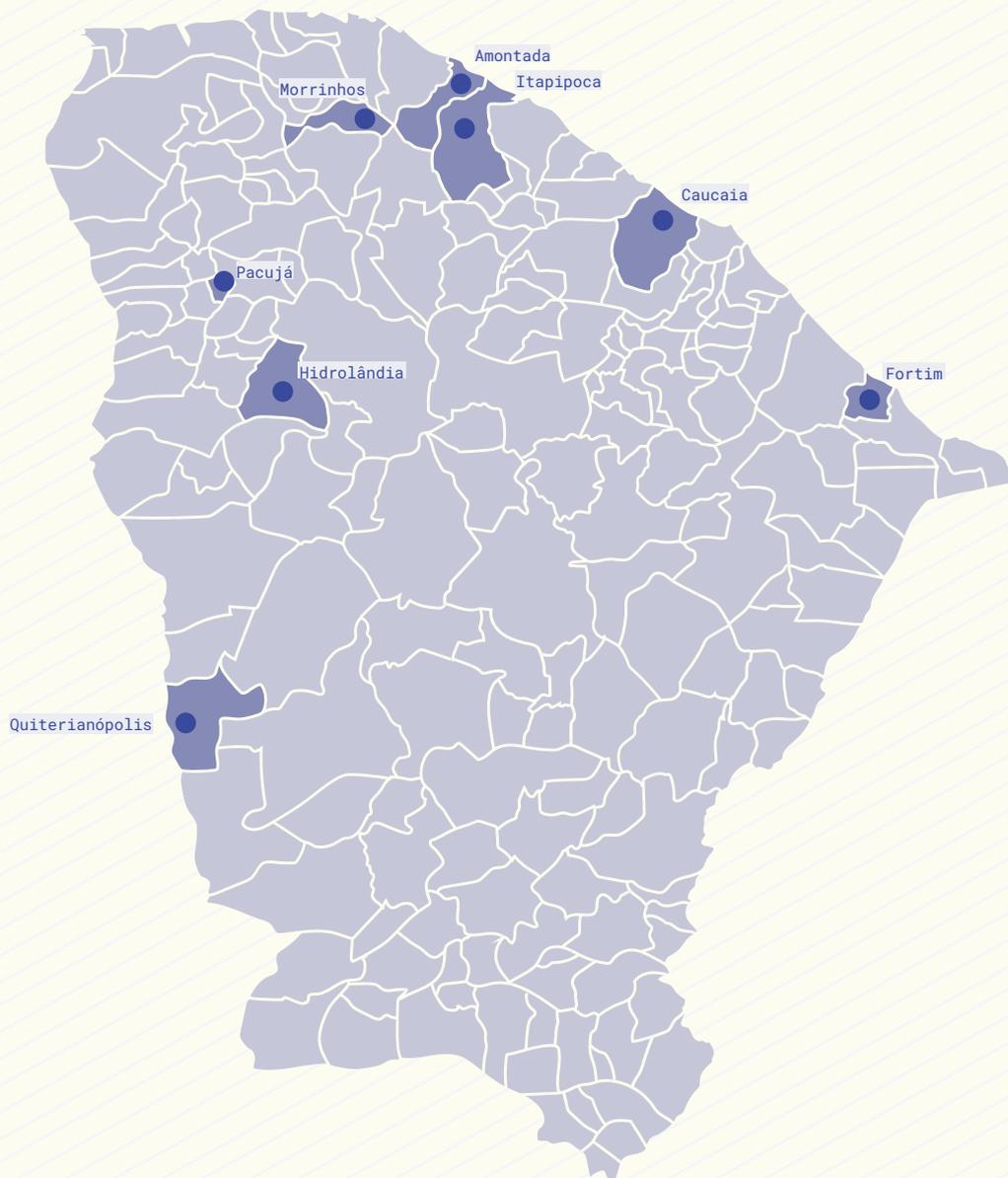
Citando a Declaração da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, essas autoras afirmam que o racismo ambiental tem uma relação intrínseca com a injustiça ambiental, definida como:

o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis (Declaração da Rede Brasileira de Justiça Ambiental).

As mulheres evidenciaram os injustos e violentos conflitos nos territórios, que violam seus direitos. Os mais citados estão relacionados à defesa e à garantia da terra, do acesso à água e da defesa dos seus territórios, onde reproduzem seus modos de vida, manejam e preservam a biodiversidade, extraem e produzem alimentos, trabalham e geram a partir dali sua renda monetária.

[24] Na “Introdução: racismo ambiental, o que é isso?”, que integra a coletânea “Racismo Ambiental”, do I Seminário Brasileiro sobre Racismo Ambiental, realizado pela Fase, em 2006.

POVOS E COMUNIDADES DE ORIGEM DAS PARTICIPANTES



Caucaia
Território Indígena Tapeba
Comunidade Quilombola Porteiras

Quiterianópolis
Comunidade Indígena Fidelis

Itapipoca
Comunidade Jenipapo
Assentamento Maceió

Amontada
Comunidade Caetanos de Cima

Fortim
Fortim

Hidrolândia
Fazenda Ilha do Esaú

Pacujá
Comunidade Quilombola Batoque

Morrinhos
Comunidade Curralinho

No caso das comunidades quilombolas²⁵ e indígenas²⁶ (mesmo que em dinâmicas e processos burocráticos e políticos diferenciados), destacam-se a luta pelo reconhecimento identitário cultural do seu povo, o longo e árduo caminho para identificar, delimitar e demarcar oficialmente as terras indígenas, e a luta para identificar, reconhecer, delimitação e a titular as terras quilombolas. A vivência nos seus territórios e a produção e reprodução dos modos de vidas ancestrais são marcadas por situações de violência por parte de grileiros e de grandes empreendimentos econômicos. Em decorrência, suas lutas se efetivam, sobretudo na defesa da terra e do território, a partir da articulação local, estadual, nacional e, em alguns momentos, mundial.

No caso dos territórios da zona costeira as mulheres trazem como denúncia a especulação imobiliária, o turismo em massa, a instalação e o funcionamento das usinas eólicas e a carcinicultura (criação de camarão em cativeiro), que afetam diretamente a vida das famílias que vivem do mangue e do mar. Juntas, elas denunciam as violações e experimentam vivências de afirmação dos seus direitos como a da Rede de Turismo Comunitário (Rede TUCUM), a produção de artesanato e comercialização a partir da economia solidária.

As mulheres que vivem da agricultura familiar desencadeiam lutas pelo acesso à água e à terra, contra o uso de agrotóxicos na produção de alimentos, pelo acesso às técnicas e tecnologias de convivência com o semiárido e pelo acesso às políticas públicas, que quase nunca chegam até as famílias rurais. Em setembro de 2019, enquanto fechávamos esse artigo, tomamos conhecimento de uma ação arbitrária a mando do capital que afetou diretamente a vida de uma das mulheres agricultoras desta pesquisa. O Espaço de Experimentação Agroecológica, situado no município de Itapipoca e gerido pela Rede de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos/as e Solidários/os dos Vales do

[25] No Ceará existem 50 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares. Mas os movimentos quilombolas do Ceará reivindicam pelo menos 85 comunidades. Destas, apenas 15 estão com processo tramitando no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Nenhuma das terras quilombolas do Ceará foi titulada (Portal do INCRA).

[26] Em relação aos povos indígenas, o Ceará conta com 14 povos, ocupando áreas que são do litoral ao sertão, além das áreas serranas (Portal do Governo do Estado do Ceará, 2019).

Curu e Aracatiaçu, foi invadido e destruído de forma truculenta pela empresa Sobral & Palácio, destruindo árvores, plantas nativas, minhocário e quebrando a estrutura do prédio, matando a biodiversidade daquele local tão importante na produção de saberes agroecológicos e de convivência com o semiárido.

A partir desta descrição, constatamos que as mulheres de povos e comunidades tradicionais vivem em territórios marcados pelo racismo e injustiça ambiental. Esse quadro é estruturado pelo racismo, patriarcado e capitalismo, que acabam por gerar violações de direitos das mulheres e de suas comunidades.

Além disso, esteve presente no relato das mulheres a “chegada” no campo e na zona costeira de um tipo de violência e da atuação do crime organizado, que até bem pouco tempo era considerada como uma realidade tipicamente das grandes cidades. Esses fenômenos geram medo e acabam por provocar mudanças na sociabilidade das comunidades.

É importante ressaltar que, diante dessas opressões, as mulheres não têm silenciado ou baixado a cabeça. Juntas, têm construído resistências, dificultando, retardando ou barrando o avanço dos empreendimentos que violam seus direitos.

3. Os achados da pesquisa

3.1. Mulheres enredadas

Em nossa pesquisa optamos por lançar um olhar para a realidade das mulheres militantes de comunidades tradicionais do Ceará. No entanto, não conhecíamos o grau de envolvimento delas nos movimentos de mulheres/movimentos sociais. Ao falar da sua militância, a maioria (9) dessas mulheres (indígenas, quilombolas, pescadoras, agricultoras) se autodeclarou com alto grau de engajamento. Apenas uma revelou não ter atuação nos movimentos de mulheres/sociais.

Algumas delas estão engajadas em grupos/movimentos específicos de mulheres, como a Articulação das Mulheres Indígenas do Ceará Mulheres – AMICE, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste – MMTR-NE, a Articulação Nacional de Pescadoras – ANP e os grupos de mulheres nas comunidades. Uma delas integra o Setorial de

Gênero do MST. Entre estas, mesmo que não se identifiquem como feministas, trazem em suas falas referências à identidade, às lutas e aos movimentos feministas.

Com exceção de uma, as demais estão engajadas em organizações de atuação local, estadual, regional e nacional. Os grupos/movimentos sociais citados foram o MST, o movimento indígena – especificamente o de juventude (Comissão de Juventude Indígena do Ceará – COJI-CEA), grupos de economia solidária, Pastoral de Juventude, Comunidades Eclesiais de Base – CEB, movimento quilombola, movimento sindical e movimentos culturais.

A partir desses espaços, as mulheres desempenham papel relevante na construção das lutas, denunciando as opressões vividas e reivindicando direitos. Quando em grupos/movimentos específicos de mulheres, contribuem para pautar questões como machismo, os direitos das mulheres rurais, indígenas, quilombolas e pescadoras, o feminismo, a sobrecarga de trabalho das mulheres, a contribuição das mulheres na agroecologia. Nos espaços mistos, pautam os direitos das mulheres, além de lutarem pelo fortalecimento comunitário e enfrentarem os efeitos dos conflitos ambientais descritos anteriormente.

Trazer estas referências de engajamento é relevante para situarmos que, antes mesmo de qualquer atuação virtual, as mulheres da pesquisa estão engajadas e enredadas nas resistências e lutas do seu povo e de suas comunidades. Mesmo que algumas delas tenha iniciado seu engajamento no momento em que a internet se faz mais presente na vida das comunidades, é a partir da articulação presencial que são gestadas suas trajetórias políticas.

3.2. Mulheres enredadas no mundo virtual

A pesquisa revelou que as mulheres das comunidades tradicionais em questão têm cotidianamente um bom nível de acesso à internet. A maioria delas revelou ter identificação com a internet e a familiaridade com o uso de aplicativos que as colocam em conexão com a família, com a comunidade e com o mundo. Mesmo aquelas que possuem alguma resistência ou dificuldade no manuseio dos recursos do celular, o fazem quando precisam. Isso não significa dizer que não haja limites nesta conexão.

O acesso à internet costuma ocorrer principalmente de casa, do trabalho, das organizações da sociedade civil e da faculdade. O tipo de conexão que lhes assegura o acesso é através das ondas de rádio, da banda larga e, em menor proporção, a internet móvel.

Algumas revelam perceber que a atual facilidade no acesso à internet tem relação com as mudanças estruturais ocorridas a partir do investimento do governo para ampliar este serviço. Uma delas afirmou que a ampliação do acesso das comunidades à internet é justificada pela localização do seu município que está dentro do “Cinturão Digital”. Elas também sinalizam que o serviço de internet está presente na maioria das comunidades, diferente do que ocorre com o sinal de telefonia celular, que tem menor cobertura.

Atualmente, de acordo com a Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (ABRINT), 86% dos municípios cearenses são cobertos por fibra ótica, o que favoreceu a expansão do serviço de internet. Se comparados com outros estados do Nordeste, a Paraíba chega a ter 39,5% da cobertura, enquanto no Piauí esse percentual é de apenas 18%.

A possibilidade do uso da internet na própria comunidade tem relação direta com os investimentos feitos pelo poder público para expandir o Cinturão Digital do Ceará – CDC e pela iniciativa privada, que no estado conta com mais de 300 empresas prestadoras do serviço. As grandes motivações para estes investimentos visam declaradamente criar condições favoráveis para o proclamado desenvolvimento econômico nas diversas regiões do estado. Nesse contexto, as empresas privadas buscam abocanhar parcelas do mercado, visando garantir seus lucros.

Contraditória e indiretamente, essas iniciativas acabam por favorecer o acesso da internet nas comunidades. Embora isso tenha um custo para as famílias rurais, os investimentos feitos, possibilitaram o barateamento, a melhor qualidade e maior abrangência do serviço prestado.

3.3. Nem sempre foi assim...

Nesse contexto das transformações estruturais que favoreceram a expansão da cobertura de internet no estado do Ceará, as mulheres da

pesquisa foram convidadas a fazerem uma memória do seu primeiro acesso à internet. Buscou-se identificar nas suas narrativas as circunstâncias, as motivações e os sentimentos experimentados ao mergulharem na rede virtual pela primeira vez.

Os espaços desse primeiro acesso foram na própria residência, nos locais de trabalho, nos cursos de informática, na escola, no sindicato, no ponto de cultura. Pelos relatos, o primeiro acesso foi feito principalmente através de computador. Poucas delas acessaram a primeira vez a partir de um celular. Três delas falaram que já haviam feito curso de informática, o que, de certa forma, favoreceu maior familiaridade com o computador no primeiro acesso.

Nem todas recordam em que momento exato tiveram essa primeira experiência, mas algumas indicaram que isso aconteceu em meados da década de 2000, há cerca de 15 anos. A mulher que indicou ter tido o primeiro acesso mais recente, foi em 2017, portanto, apenas um ano antes da coleta de dados desta pesquisa.

As motivações do primeiro acesso são diversas: participar da campanha eleitoral do então candidato Lula; acessar o sistema de dados do trabalho; estudar; entrar nas redes sociais; resolver pendências de projetos apoiados pelo governo; fazer militância.

Em relação aos sentimentos partilhados, destacam-se a curiosidade, a surpresa, a ansiedade e a emoção. Diante das dificuldades enfrentadas no primeiro acesso, é possível identificar também o sentimento de frustração. A maioria delas relatou ter contado com o apoio de outras pessoas para diminuir ou superar as dificuldades iniciais.

3.4. A internet no cotidiano das mulheres

O modo de vida das mulheres nas comunidades e as relações que estabelecem com seu povo são marcados por fundamentos e práticas tradicionais mas também pela dinamicidade da História, a incorporação de elementos novos a cada contexto. Atualmente, o telefone celular e a internet são elementos que vêm provocando mudanças substanciais no comportamento desses povos. Com um aparelho celular às mãos, e em alguns casos um computador, e um sinal de internet, essas mulheres mantêm-se antenadas com o mundo.

A maior parte delas não precisa sair de casa para que o acesso seja garantido. Entre o intenso e invisível trabalho das mulheres no roçado, no quintal produtivo, na pesca, no artesanato, no espaço doméstico e no emprego formal, elas vão acompanhando e interagindo na rede virtual. Um terço das comunidades pesquisadas, além do serviço de internet instalado em parte das casas das famílias, também conta com equipamentos privados, públicos e comunitários, como *LAN houses*, ilhas digitais e casas de cultura.

Boa parte da interação das mulheres e acesso a conteúdos diversos são feitos através das redes sociais. A maioria usa efetivamente as redes sociais, sendo as principais delas o *WhatsApp*, usado por todas, seguido pelo *Facebook* (11 mulheres). Na sequência vem o *Instagram* (7); seguido pelo *Twitter*, *Messenger*, *Skype* e/ou *Hello* (3); e *Signal* e *Telegram* (1). Além das redes sociais, elas também fazem uso do e-mail (11).

No caso do uso do *WhatsApp*, indicaram a participação em grupos da família, da comunidade e dos movimentos de que fazem parte. Em relação a esses grupos virtuais, parte delas expressaram o incômodo de receber as famosas correntes, que costumam não repassar pra outras pessoas. Uma delas relatou que participa de um grupo onde estabeleceram a regra de envio máximo de três fotografias por postagem. Ainda sobre esses grupos, algumas consideram que os homens nos grupos de *WhatsApp* falam besteiras e postam piadas machistas.

Um aspecto relevante no uso das redes sociais é o baixo ou nenhum custo, se comparado com as ligações telefônicas. Em decorrência desse aspecto, as mulheres usam, em grande medida, muito mais o aplicativo *WhatsApp* do que as ligações telefônicas. O “zap”, como elas costumam chamar, transformou-se numa ferramenta de uso cotidiano, que favorece a comunicação com as famílias e com as pessoas dentro e fora das comunidades.

Nas comunidades tradicionais, destaca-se a oralidade como forma de assegurar a memória e a difusão dos conhecimentos ancestrais. Isso pressupõe uma relação intergeracional onde as pessoas mais velhas costumam ser referências de ensinamento para as gerações mais novas. No caso dos conhecimentos para o manuseio e a exploração das tecnologias digitais, como citado anteriormente, são mais apropriados e apreendidos pelas/os mais jovens. Nesse caso, as juventudes

têm desempenhado um papel colaborativo importante no aprendizado das pessoas mais velhas, em processos de inclusão digital, compartilhando o que sabem com a comunidade.

Em relação ao comportamento na rede, identificou-se que a maioria das mulheres não produz conteúdo pra internet. Elas justificaram este fato devido à pouca familiaridade no uso de ferramentas e aplicativos necessários para isto, como também pela dificuldade de interação/participação.

Algumas mulheres mais jovens demonstraram maior habilidade na utilização de dispositivos, aplicativos e na produção de conteúdo, tendo relatos que, em uma das comunidades, as/os jovens têm este papel de impulsionar a produção de vídeos e outras peças de comunicação, gerenciar canais na internet (*YouTube*) e pautar na rede as lutas de seus territórios contra as ameaças do turismo predatório e das usinas eólicas.

No diálogo estabelecido com as participantes da pesquisa, não foram evidenciadas leituras mais aprofundadas sobre os limites da internet, que embora possa favorecer a expressão de pessoas e grupos historicamente discriminados, também pode reproduzir um quadro de injustiças e controle por parte de grandes corporações, que inviabilizam a liberdade e a maior capacidade na produção e circulação de conteúdos.

Quando apresentamos a análise da Universidade Livre Feminista sobre segurança digital, elas revelaram que não costumavam pensar sobre isso. No momento, foram apresentadas e entregues três publicações da Universidade, em parceria com outras organizações, que tratam da segurança na internet²⁷. Diante da reflexão, algumas delas expressaram angústia e ansiedade e manifestaram o interesse em refletir e aprofundar esse debate junto com seus grupos e comunidades.

Sobre os riscos que a internet pode oferecer, uma delas relatou a preocupação com o filho, quando percebeu que ele estava acessan-

[27] Guia Prática de Estratégias e Táticas para Segurança Digital Feminista. Disponível em: <https://bit.ly/2xp00nX> Celulares & Comunicações: Nossa Batalha no campo virtual – Enfrentando a violência contra nós, mulheres, no espaço virtual. Disponível em: <https://bit.ly/3f1jIai>. Segurança na Internet: nossa batalha no campo virtual – Enfrentando a violência contra nós, mulheres, no espaço virtual. Disponível em: <https://bit.ly/2YnzI0D>.

do às escondidas um conteúdo inapropriado pra sua idade. Diante do que ela considerou preocupante, mesmo enfrentando dificuldades em acessar a internet, buscou ajuda de um professor da comunidade para instalar um aplicativo que permite monitorar a navegação do filho na internet.

3.5. Internet para quê?

A partir do relato das mulheres, classificamos três principais motivações para o seu acesso à internet: militância, formação e entretenimento.

A primeira constatação que pode ser feita a partir do relato das mulheres é de que a internet representa para elas um **potente instrumento de luta por seus direitos!** Além da comunicação voltada para mobilizar e articular atividades, também buscam acompanhar as notícias locais, nacionais e mundiais, visitam sites de Organizações Não Governamentais, como o Geledés, e de movimentos sociais. Também seguem páginas, acompanham perfis no *YouTube*, como o *Papo de Preta*²⁸.

A internet representa uma ferramenta que favorece o **acesso a informações e novos conhecimentos**. Através dela, elas têm acesso a subsídios (textos, vídeos, imagens, áudios etc.) para o aprofundamento de estudos e reflexões de conteúdos (temáticas, métodos e metodologias) abordadas na faculdade, no trabalho ou na militância. Nessa mesma direção, relatam a possibilidade e as suas experiências com cursos na modalidade de Educação à Distância – EaD.

A terceira motivação é a utilização da internet como **entretenimento**, buscando e ouvindo músicas, assistindo filmes, pegando dicas de maquiagem, assistindo a canais de humor, aprendendo receitas culinárias, dentre outras experiências.

Além das motivações descritas acima, uma das participantes (indígena), que é artesã, usa o celular e aplicativos como *WhatsApp* para divulgar e comercializar seus produtos. Mesmo que ela considere sua dificuldade de escrita/leitura, como o aplicativo permite o uso de gravação e envio de áudios, isso facilita sua comunicação e a ajuda a vender seus produtos.

[28] Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCvu2MvWjNozGxCdRlY1034Q>. Acesso em 20 set. 2019.

4. Considerações finais

A pesquisa revelou que as mulheres vivem em territórios marcados por injustiça e racismo ambiental, gerando conflitos entre as comunidades tradicionais e pessoas/empresas que têm interesses em suas terras e seus territórios. Essas situações resultam na violação de direitos dos povos e comunidades tradicionais. Mesmo que todas as pessoas desses territórios não sejam engajadas, em todos eles, há organização política, resistências e lutas em defesa dos seus direitos.

As mulheres possuem uma leitura crítica da situação de injustiça em que vivem. Aquelas que têm engajamento em organizações específicas de mulheres denunciam o machismo, a injustiça vivida pelas mulheres e a luta por maior reconhecimento de seus direitos. Jan Marie Fritz²⁹ destaca a importância de ouvir as vozes das mulheres na luta por justiça ambiental. Para ela,

muitos membros comunitários podem não ter visto mulheres nos papéis de analistas e ativistas. As mulheres geralmente lideram grupos de vizinhanças que lutam contra o racismo ambiental e, muito frequentemente, são o sustentáculo mais forte nesses grupos, lutando pela boa causa em defesa de seus filhos, suas famílias e seus lares.

O engajamento político das mulheres da pesquisa indica que elas representam esse sustentáculo. Sua atuação e suas vozes são fundamentais para romper com a invisibilidade e o silenciamento histórico dos povos e das comunidades tradicionais. Nesse exercício, elas constroem nos territórios espaços de convivência, de reprodução e construção de saberes e práticas ancestrais, articulação da luta, resistência.

O diálogo com as mulheres e as leituras adicionais revelam que ainda permanece uma injusta realidade em relação ao acesso e a sua qualidade quando consideramos os povos e as comunidades tradicionais. Apesar do relato dos limites neste acesso, como a falta ou a má

[29] No artigo "Confrontando o Racismo Ambiental: boas ideias, vozes femininas, perspectivas globais", que integra a coletânea *Racismo ambiental*, do I Seminário Brasileiro sobre Racismo Ambiental, realizado pela FASE, em 2006.

qualidade do sinal e a tarifa alta da internet móvel, de modo geral as mulheres têm conseguido acessar cotidianamente a internet.

A chegada da internet nas comunidades, cuja cobertura é maior do que o sinal de telefonia fixa e celular, provocou, entre outras coisas, a potencialização das lutas por direitos das mulheres. O acesso à internet tem proporcionado a navegação em aplicativos de redes sociais que mantêm estas mulheres conectadas com suas famílias, comunidades e com o mundo. A partir desses aplicativos, fazem articulação e mobilização política, dão visibilidade à sua realidade e sua cultura, denunciam situações de violações e reivindicam seus direitos. E também têm acesso a novos conhecimentos, que contribuem na sua formação pessoal, política, profissional.

As mulheres de comunidades tradicionais do Ceará que participaram da nossa pesquisa são potenciais educandas e, algumas delas, colaboradoras da Universidade Livre Feminista. Aproximar-se dessas mulheres nos permitiu perceber alguns dos limites e possibilidades do seu acesso à internet, mas, muito mais que isso, que suas vivências e reflexões apontam para a necessidade da Universidade abordar conteúdos e temáticas específicas relativas à identidade étnico-racial das mulheres de povos tradicionais, à realidade de seus territórios e, particularmente, da experiência das mulheres.

A maioria delas não possui uma identidade feminista, mas revelaram interesse em conhecer mais sobre o feminismo. É recomendável que a Universidade Livre Feminista considere os conhecimentos e saberes produzidos pelas próprias mulheres de povos tradicionais sobre a realidade das mulheres e sobre os feminismos. Isso deve refletir nos subsídios utilizados (textos, vídeos, imagens, músicas, poemas...) produzidos por estas mulheres e no envolvimento delas como colaboradoras e educadoras da Universidade.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. **Política ambiental e discurso democrático. O caso do Conselho Nacional de Meio Ambiente.** Caxambu: XX Encontro Anual da ANPOCS, 1996, mimeo.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 5 abril 2019.

FRITZ, Jan Marie. Confrontando o Racismo Ambiental: boas ideias, vozes femininas, perspectivas globais. In: HERCULANO, Selene; PACHECO Tânia. **Racismo ambiental. I Seminário Brasileiro sobre Racismo Ambiental.** Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2006.

GOMES, Helton Simões. **Brasil tem 116 milhões de pessoas conectadas à internet, diz IBGE.** G1. 21/02/2018. Disponível em: <https://glo.bo/2SpVn4f>. Acesso em: 5 abr. 2019.

HERCULANO, Selene; PACHECO Tânia. **Introdução: racismo ambiental, o que é isso?** I Seminário Brasileiro sobre Racismo Ambiental. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2006.

Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/> Acesso em: 7 maio 2019.

RODRIGUES, André Victor. **Todo dia é dia de índio: Quais são os povos indígenas do Ceará?** Portal do Governo do Estado do Ceará. 16/04/2019. Disponível em: <https://bit.ly/2KQ7F1W>. Acesso em: 22 maio 2019.



A internet e as desigualdades que atravessam as nossas vidas: um debate sobre o uso da internet entre militantes feministas de classe popular do Recife

Sophia Branco*

*

Socióloga, Militante do Fórum de Mulheres de Pernambuco e Colaboradora da Universidade Livre Feminista.
sophiabranco@gmail.com

Equipe de pesquisa:

Carmen Silva, Déborah Guaraná, Jéssica Barbosa e Sophia Branco

Na última década, a internet tem se tornado um espaço de intensos debates políticos. Seu uso tem sido também uma ferramenta importante para a organização de atos de rua, tem levado ao surgimento de novas formas de resistência e transformado a forma de organização dos movimentos sociais. O acesso à internet, entretanto, ainda é profundamente desigual no Brasil. Segundo o relatório do Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, *Marco Civil da Internet: violações ao direito de acesso universal previsto na lei*, em 2018, o Brasil tinha apenas 54% dos domicílios conectados à internet e, no Nordeste, este número caía para 40%.

O acesso à internet é atravessado por desigualdades de classe e entre áreas urbanas e rurais. Segundo este mesmo relatório, “nacionalmente, o percentual de domicílios conectados à Internet nas áreas rurais é de apenas 26% e o percentual de domicílios conectados nas classes D e E é de 23%, de acordo com o TIC Domicílios 2016”. O relatório do Intervezes revela que a ampliação dos serviços de 3G e 4G tem sido a resposta do governo brasileiro ao baixo acesso aos serviços de conexão à banda larga no país. Dessa forma, muitas pessoas têm acesso à conexão móvel (no celular) antes de terem acesso à conexão em seus domicílios.

Em relação ao uso da internet no Recife, Pernambuco, os dados mais recentes são de uma pesquisa da Datamétrica Consultoria e Pesquisa, realizada em 2015. Ela aponta que, em 2015, 69% dos moradores e moradoras da cidade utilizavam a internet, seja através de banda larga ou da rede de telefonia móvel. Entre este grupo, a maioria era de jovens. A pesquisa revelou que 94% da população entre 16 a 24 anos utilizavam a internet em 2015 e que 43% destes 94% permanecem no ambiente digital por cinco horas ou mais por dia.

Assim como o relatório do Intervezes, a pesquisa no Recife também mostra que o uso da internet é proporcional à renda da população. Ou seja, quanto maior a renda, maior é este uso. Na capital pernambucana, enquanto entre as classes A e B o uso em 2015 era de 84%, na classe C, esse percentual caía para 73% e, nas classes D e E, para 43%. Na mesma linha do que aponta o Intervezes, segundo a Datamétrica, ainda que a diferença entre as classes sociais seja grande, o aumento do acesso das classes D e E à internet foi entendido como

um reflexo da popularização dos *smartphones* e, na época, da internet 3G oferecida pelas empresas de telecomunicação.

Estas desigualdades nos colocam diante de algumas questões relativas à nossa militância: quem são as pessoas que estão engajadas na militância na internet? Como o uso da internet está inserido na vida das militantes? Como e com quem a militância de internet dialoga? Que tipo de engajamento ela gera? A fim de debater essas e outras questões, realizamos uma roda de diálogo com dezoito militantes feministas de classes populares de diferentes movimentos de mulheres da Região Metropolitana do Recife³⁰. Tivemos como objetivo discutir como a internet está presente na vida das mulheres que participaram da pesquisa, como elas se colocam politicamente *on-line* e qual é a avaliação que fazem desse uso.

Na diversidade das experiências e depoimentos, algo se tornou perceptível: a tecnologia é um fluxo contínuo. As pessoas vão se inserindo na história da tecnologia da mesma forma que a tecnologia se insere nas suas histórias. O relato de uma situação, trazida para a roda de diálogo por uma das participantes, exemplifica esta constatação:

“Essa semana minha filha fez ‘Mãe, tu sabia que quando vovó nasceu não tinha celular? Eu disse ‘Filha, quando mamãe nasceu não tinha celular’. Ela olhou pra mim passadíssima. ‘Poxa, devia ser difícil’.”

Participante 7, Recife, 2018.

A tecnologia muda a nossa forma de viver. Mas, quando nos inserimos nesse fluxo, não somos receptoras passivas. Fazemos usos diversos dessas tecnologias, que dialogam e são influenciados pelo nosso contexto de vida mais amplo. A participante que nos contou essa história tem menos de trinta anos. Ao mesmo tempo em que ela enxerga

[30] Estiveram presentes na atividade mulheres que participam dos seguintes espaços de militância: Grupo Espaço Mulher, Grupo de Teatro Mulheres Madalena, A PartidA, Sindicato das Empregadas Domésticas, Fórum de Mulheres de Pernambuco, Coletivo de Mães Feministas Ranúzia Alves, Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, Grupo Liberdade Vamo Simbora, Rede de Feministas Antiproibicionistas, Centro de Ensino Popular e Assistência Social de Pernambuco Santa Paula Frassinetti (Cepas), Movimento de Luta dos Bairros e Favelas (MLB), Coletivo Faça Amor Não Faça Chapinha (FAFNC), Coletivo de Mulheres de Jaboatão.

que a sua relação com a internet é diferente da relação da sua filha de sete anos, percebe também que a sua relação com a internet é diferente da relação que a sua mãe e a sua vó estabelecem com este universo. Essas diferenças geracionais foram um dos aspectos importantes que surgiram nos depoimentos partilhados na roda, mas pudemos notar também que esse não é o único fator que influencia o nosso uso. Há quanto tempo temos acesso à internet, o momento da vida em que tivemos contato com esse universo e os motivos pelos quais passamos a usar essas ferramentas são outros elementos que influenciam o tipo de uso que fazemos.

1. Os usos que fazemos da internet

A maior parte das militantes que participaram da roda afirmaram que o seu uso da internet se intensificou a partir do acesso que tiveram aos celulares *smartphone*. Os celulares estão muito mais presentes no nosso cotidiano do que os computadores e isso define também a forma como utilizamos a internet. Esse pode ser um dado significativo para pensarmos, por exemplo, sobre a maior familiaridade que algumas militantes têm com o *WhatsApp* do que com o e-mail.

O e-mail é uma ferramenta que muitas conhecem há mais tempo, mas que não entrou no seu cotidiano como o *WhatsApp*. Segundo Priscilla Brito, em diálogo com o que propõe Karen Kohn e Cláudia Herte de Moraes³¹, serviços como o *WhatsApp*, *Facebook*, *Twitter* e *Instagram*, “tiveram grande impacto nas nossas formas de sociabilidade, por produzirem novas formas de publicação, compartilhamentos e organização de informação na rede mais acessíveis e intuitivas”. Mesmo tendo internet disponível no dia a dia, muitas militantes disseram que continuam acessando o e-mail e o computador “de vez em quando”, como podemos notar a partir dos relatos a seguir:

[31] Na sua dissertação, intitulada *Primavera das Mulheres: internet e dinâmicas de protesto nas manifestações feministas no Rio de Janeiro de 2015*, Priscilla Brito discute esse impacto em diálogo com o que Karen Kohn e Cláudia Herte de Moraes discutiram em seu artigo “O impacto das novas tecnologias na sociedade: conceitos e características da Sociedade da Informação e da Sociedade Digital”.

“Às vezes, em casa, eu ligo o computador porque meu irmão fica falando que se eu não ligar o computador ele vai criar barata. O celular é mais fácil.”

Participante 2, Recife, 2018.

“O e-mail é raro eu abrir. Mas tem coisas que, de vez em quando, uma vez no mês, eu abro. Porque tem canto... A gente está no canto e o povo pede o e-mail. Ai de vez em quando tem que abrir.”

Participante 13, Recife, 2018.

Foi possível observar que, entre as participantes que tinham menor familiaridade com as tecnologias digitais, computador e celular são vistos como universos diferentes. Ainda que o e-mail também possa ser acessado pelo celular, ele não foi mencionado entre os usos frequentes que as participantes fazem da internet.

O *WhatsApp* e o *Facebook* foram apontados como as ferramentas mais utilizadas, principalmente como meios para se comunicar com as pessoas (que estão distantes ou presentes no nosso dia a dia), se informar (através da troca de textos e sites que são repassados), e trocar fotos. Algumas das participantes consideram as redes sociais um espaço para disseminar informações sobre temas importantes para o feminismo e debater questões políticas. Mas muitas também afirmaram que se sentem desmotivadas a levantar debates polêmicos nesses espaços por causa do desgaste que isso gera.

O *YouTube* foi o terceiro aplicativo/site mais citado pelas participantes da roda. Seu uso mais comum citado foi para ouvir música, seguido da busca por vídeos e filmes. Muitas também utilizam o *Netflix*, que apareceu como o principal meio através do qual assistem filmes. Dessa forma, o *YouTube* é mais utilizado para o consumo de vídeos mais curtos, em geral, para se informar sobre alguma temática, como conteúdos políticos, feministas, receitas de culinária e tutoriais diversos, inclusive para entender como mexer nos próprios aparelhos e aplicativos que envolvem o uso da internet.

A compreensão da internet como um espaço para buscar informações e formação foi compartilhada por todas nós. Usamos a internet para os estudos formais, em cursos de Educação à Distância (EaD) ou

para estudar conteúdos ligados a cursos presenciais que estamos fazendo. E também pesquisamos assuntos do nosso interesse particular, seguindo uma compreensão ampliada do que significa estudar. Estes usos podem ser vistos nas falas de algumas das participantes:

“Eu faço licenciatura e tem libras. Ai eu sempre chego atrasada na aula de libras, porque é de oito da manhã. Ai o que eu fiz? Baixei um aplicativo de libras. Tirei 8,5 na prova de libras. Eu sinto falta de estar em formação sobre feminismo negro. Então eu faço muito essa formação pela internet. Agora eu estou fazendo a minha feira. E eu não sei cozinhar. Tenho aprendido a fazer muita coisa na internet.”
Participante 11, Recife, 2018.

“Eu gosto muito de pesquisar sobre o que está acontecendo no mundo sobre o movimento feminista. [...] Eu também já fiz curso de EaD. Mas EaD é muito difícil. A gente chega em casa tão cansada. Eu gosto mais de assimilar as coisas assistindo vídeo, teleaula. Eu absorvo mais as coisas através da teleaula.”
Participante 6, Recife, 2018.

“O que é que eu procuro na internet? Eu procuro tudo. A internet é a minha maior fonte de informação hoje. Tudo que eu quero saber eu procuro na internet. Eu tenho cuidado de ver se é confiável. Eu tenho cuidado, mas eu também tenho dificuldade, porque aparece muita coisa. Eu não sou de compartilhar muito, porque eu tenho dificuldade de confiar. Os principais conteúdos que eu procuro estão ligados à minha identidade: ser mãe, ser negra, ser feminista.”
Participante 8, Recife, 2018.

“No Youtube tem muita coisa legal. Ensina a gente de uma forma didática. De uma forma muito necessária pra gente aprender. E eu mostrei muito a mainha. Tinha coisas que eu não sabia ainda, não tinha embasamento. Racismo institucional, eu não sabia, mas sabia que quando a polícia chegava, eu sabia que existia, mas não sabia

o nome. lá lá no Youtube e colocava. E tem uma galera muito massa. Que ensina pra gente sobre coisas que a gente vive todo dia. Gente que está estudando isso e ensina pra gente.”

Participante 7, Recife, 2018.

“No WhatsApp eu tenho muitos grupos. Não participo de todos, mas eu acho importante estar ali, porque eu me informo.”

Participante 8, Recife, 2018.

O acesso aos conteúdos disponíveis na internet e a popularização dos vídeos como fonte de informação são questões importantes para pensarmos as nossas atividades políticas. Quem queremos alcançar com o conteúdo que produzimos? Como fazê-lo? Muitas participantes da roda de diálogo disseram que preferem buscar os conteúdos através de vídeos. E, de fato, temos visto que vídeos, imagens e textos curtos têm sido as principais formas de troca de informações na internet. Se, por um lado, os vídeos discutem inúmeras questões de forma didática e acessível, por outro, são hábitos que vão nos distanciando cada vez mais da leitura. Como afirmou uma das jovens militantes que produz conteúdo para internet,

“No Youtube a gente tem a possibilidade mais de passar informação mesmo. No Facebook são textos, as pessoas não leem texto. No Youtube é mais fácil porque as pessoas não leem texto. Então você pode passar as informações de forma melhor.”

Participante 11, Recife, 2018.

Podemos fazer dois tipos de separação em relação às formas através das quais as mulheres que estiveram presentes na roda usam a internet para estudar e se informar. (1) A primeira separação é entre (1.1) o uso da internet para o estudo de conteúdos formais (EaD ou presenciais) e (1.2) o estudo de conteúdos que partem do próprio interesse das militantes. (2) A segunda diferenciação está relacionada a como estes conteúdos chegam às militantes. (2.1) Algumas participantes fazem buscas mais autônomas na internet, usando o Google ou a ferramenta de buscas do próprio YouTube. (2.2) Outras acessam informações filtradas pelos círculos de convivência no WhatsApp ou Facebook.

Neste segundo caso, a relação que se estabelece com o conteúdo é mais parecida com a forma como consumimos as mídias tradicionais (televisão, jornal, rádio), uma vez que as informações “chegam” até as militantes, mesmo que elas não estejam fazendo alguma busca específica. Ou seja, é um tipo de relação na qual não somos tão ativas na escolha do que queremos consumir, ainda que na internet o conteúdo que consumimos venha de fontes muito mais diversas do que quando consumimos as mídias tradicionais.

Pudemos observar também duas formas diferentes de (3) checar a confiabilidade dos conteúdos, que estão relacionadas à forma como as militantes se informam através da internet. (3.1) As militantes que fazem buscas mais autônomas começam a criar uma lista de sites, blogueiras e *youtubers* nas quais confiam. É uma relação de confiança que vai se estabelecendo na própria internet e se fortalece na medida em que acompanham aquelas páginas e vão percebendo que estão alinhadas ao seu pensamento político. (3.2) As militantes que têm um consumo menos ativo na internet, por outro lado, tendem a checar a confiabilidade da informação de acordo com a pessoa que compartilhou a informação (no *Facebook* ou no *WhatsApp*). Esta é uma relação de confiabilidade que se estabelece *off-line* e que é transposta para as interações *on-line*. Ou seja, é na pessoa ou no grupo de pessoas (como o caso dos grupos de militância de *WhatsApp* ou *Facebook*) que estas mulheres confiam e não no *site*, *blog* ou vídeo em si. Isso não significa que não se tenha também senso crítico em relação aos conteúdos que recebem, mas, nestes casos, a referência da pessoa que compartilhou a informação é o primeiro requisito para pensar sobre a veracidade da informação.

Outras ferramentas da internet que também apareceram na conversa, mas com menos frequência, foram: *Skype*, *Hangout*, aplicativos que acompanham as mudanças climáticas, *Uber*, *Instagram*, plataformas de Ensino à Distância (EaD), *Cittamobi*, aplicativos de banco, *Tinder*, *Badoo* e *Twitter* (apenas uma participante citou o *Twitter*).

2. As nossas reflexões sobre os usos que fazemos da internet

Quase todas as participantes da pesquisa têm uma relação muito próxima e cotidiana com a internet. Muitas relataram, inclusive, um esgotamento gerado por esse contato tão intenso. Mas, embora o uso das participantes seja intenso, a maioria relatou que esse uso é restrito (ou quase restrito) ao WhatsApp, Facebook e YouTube. Surgiram diversas críticas em relação ao tempo que a internet acaba ocupando nas nossas vidas. Por outro lado, as críticas em relação ao tipo de uso que fazemos não geraram muito debate. Isso revela como ainda conversamos muito pouco sobre esse tema e sobre a nossa segurança nesse universo. A baixa profundidade de reflexões críticas sobre o nosso uso é um dado ainda mais intrigante se pensamos que a roda de diálogo foi realizada com militantes que fazem uma leitura crítica em relação a vários aspectos das suas vidas.

As experiências e sentimentos partilhados no encontro nos surpreenderam pelo seu caráter de desabafo. Percebemos como nós, mulheres, temos muito a falar sobre as questões que envolvem esse universo, como o tempo necessário para usá-la e para aprender a usá-la, as dificuldades encontradas, o constrangimento gerado por não dominar as ferramentas, as relações de dependência que se criam com seus filhos e outros familiares mais jovens, as dificuldades de acesso, o atrito em debates políticos, entre tantas outras questões.

Quando entramos no tema da segurança, o debate foi permeado, principalmente, pela preocupação com os conteúdos acessados pelas crianças, sobretudo filhas e filhos. Três militantes também dividiram com o grupo suas preocupações com o acesso aos seus dados bancários e com o uso do aplicativo *Uber*. Estas preocupações revelam que nem todo o grupo considera a internet um espaço seguro ou que podemos confiar nos aplicativos, nas redes de conexão e nas pessoas com as quais trocamos informações sem uma interação cara a cara. O medo destas participantes era de que seus dados bancários fossem roubados. Em relação ao *Uber*, tinham medo que as motoristas e os motoristas cadastrados no aplicativo não fossem pessoas confiáveis.

Ainda em relação à segurança, outra participante trouxe uma reflexão que destoou dos outros depoimentos:

“Uma coisa que tem chamado atenção na internet também é que, se você procurar uma coisa no Google, o seu e-mail lota de propaganda. Eu mesma quando quero saber da vida de alguém, vou na internet procurar. Mas isso também dá uma cutucada no juízo da gente. Até que ponto estar na internet... A gente não está segura de nada. A gente sabe que nossos grupos políticos de WhatsApp são monitorados.”

Participante 8, Recife, 2018.

Sua fala revela a preocupação com o sigilo dos nossos dados e um debate mais amplo sobre a nossa própria privacidade. Essa discussão, entretanto, não repercutiu no grupo. Também não surgiram reflexões sobre a dimensão política do acesso à comunicação através da internet como um direito de todas e todos, ou sobre a possibilidade de buscarmos aplicativos e redes sociais que não estejam tão alinhadas às grandes empresas da internet e que tenham mecanismos de sigilo mais seguros. Como exemplo da ausência desse posicionamento estratégico quanto à segurança, o *Signal*, que é um aplicativo semelhante ao *WhatsApp*, mas mais seguro, foi mencionado apenas por duas militantes de forma muito superficial, não aparecendo no seu uso cotidiano.

A baixa utilização destes aplicativos não pode ser pensada sem levarmos em consideração o poder de influência das grandes empresas e o acesso à tecnologia, especialmente o acesso a aparelhos celulares. A maior parte das pessoas utilizam o *WhatsApp*, o que é reflexo da força de grandes empresas na forma como acessamos as tecnologias. Desta forma, para as participantes da roda e para a maioria das pessoas, é difícil trocar completamente o uso do *WhatsApp* pelo uso de outros aplicativos mais seguros. Embora estivéssemos mais seguras dessa forma, perderíamos, em contrapartida, a conexão com muitas pessoas que usam apenas o *WhatsApp*. Muitas de nós não temos acesso a aparelhos celulares com espaço suficiente para termos muitos aplicativos, já que os arquivos são cada vez maiores e os nossos aparelhos têm se tornado obsoletos de forma cada vez mais rápida.

Outro exemplo em relação ao poder que as grandes empresas têm sobre as nossas escolhas foi o relato de duas participantes, que disseram estar cadastradas no *Instagram*, ter o aplicativo instalado nos seus celulares, mas não saberem como usá-lo. Assim como em outras esferas da vida, as grandes empresas da internet também criam necessidades para que a gente esteja permanentemente consumindo novos produtos. Muitas vezes aderimos a essas tendências sem nos questionarmos se realmente queremos ou precisamos daquilo. O consumismo é uma discussão presente no cotidiano das mulheres que participaram da pesquisa. Foi um tema que apareceu na própria roda em relação ao consumo desnecessário que fazemos de produtos eletrônicos, como televisões e celulares. A ausência de análises críticas quando o assunto foi o uso que fazemos da internet revela como esse é um tema que ainda precisa de muito debate entre nós.

3. O acesso às tecnologias

As desigualdades estruturais enfrentadas pelas participantes para acessar a internet são questões que dizem respeito às suas vidas para além do universo *on-line*. As longas jornadas de trabalho, a falta de tempo, a precariedade dos serviços nos bairros em que vivem e a falta de acesso a alguns bens de consumo estão entre estas desigualdades. O modelo e a memória dos celulares, por exemplo, foram citados em vários momentos como impedimentos para o acesso a determinados conteúdos e o uso de diferentes aplicativos.

Várias participantes falaram sobre o uso compartilhado de celulares e computadores com seus familiares. Esta questão não foi necessariamente colocada como um problema quando discutimos o acesso à internet, porque, em geral, a possibilidade de adquirir celulares e computadores foi trazida como uma conquista e como algo que desperta o interesse de todas e todos dentro de casa. Mas, principalmente para as mães, essa partilha foi vista também como um fator de aborrecimento em alguns momentos. Estas nuances podem ser percebidas a partir de alguns depoimentos:

“De 2015 pra cá a situação começou a melhorar e eu comprei um notebook. Foi uma felicidade para geral. Foi uma guerra dentro de casa por causa disso. Todo mundo queria. Aí pronto, começou nosso acesso à internet. A gente colocou internet em casa. O celular também. Hoje em dia, eu e minha família, a gente tem uma relação bem íntima com a internet. Mainha tem Tinder, Badoo, tudo. Faz vídeo conferência com os boy, eu fico passada.”

Participante 7, Recife, 2018.

“Eu uso muito o celular. Computador eu comprei agora há pouco. Mas que acaba não sendo meu. Quem é mãe sabe disso.”

Participante 6, Recife, 2018.

“Os netos usam muito o celular. Assistem muita coisa no celular. Descobrem coisas que eu não sei bulir. Eu peço ajuda e é sempre ‘mãe, daqui a pouco eu vejo isso’. Quando eles chegam lá em casa, não deixam ninguém ver mais nada. De manhã cedo, quando eu me acordo, eu ainda assisto.”

Participante 13, Recife, 2018.

O preço da internet é outro fator que limita o acesso à internet. Em relação ao pacote de dados das operadoras de celular, algumas participantes afirmaram que normalmente têm créditos e usam o celular ao longo de todo o dia, outras disseram que usam mais quando estão em lugares que têm internet *Wi-Fi*, como em casa ou no trabalho, porque nem sempre têm internet disponível no celular quando estão na rua. Também falamos sobre as dificuldades em relação ao sinal das operadoras telefônicas nas periferias. Assim como tantos outros serviços, as operadoras não estão preocupadas em prestar serviços de qualidade nas periferias e dão prioridade a melhorar os serviços em bairros centrais e mais nobres.

O acesso ao *Wi-Fi* nos bairros de periferia na maioria das vezes se dá através de “gatonet”³². O uso do gatonet é tão disseminado nas pe-

[32] Gatonet é uma expressão utilizada para nomear empresas clandestinas que oferecem serviços de internet. Em geral, são pessoas que contratam um serviço de internet e distribuem esse serviço dentro da comunidade, lucrando em cima da revenda.

riferias que uma das participantes afirmou que sequer sabia que era ilegal e não sabia que havia outros serviços (mais caros) de internet. Outra militante afirmou que, no seu bairro, a maior parte das pessoas usa gatonet, mas isso se dá também porque as empresas de internet regulamentadas não oferecem serviços na região. O preço do gatonet é aproximadamente 25% do valor de uma internet regularizada. A velocidade e estabilidade do sinal, entretanto, também normalmente são inferiores às das empresas que prestam serviços regulamentados, o que acaba representando mais um impedimento para o uso da internet, principalmente para baixar arquivos e assistir vídeos. Uma das participantes trouxe a complexidade envolvida na popularização do gatonet nas periferias.

“T em uma coisa que eu queria falar, que é o Wi-Fi da periferia, da internet, que é o ‘gatonet’. Eu pago 40 reais a internet. Tem gente que diz que é corrupção, mas eu vejo de outra forma, tem garantido muita coisa pra gente. Porque se não fosse isso, eu não teria condições de acessar outras coisas na minha vida.”

Participante 8, Recife, 2018.

Assim como em outros serviços, a popularização da internet nas periferias veio em grande medida através do surgimento de formas não regulamentadas de prestação de serviços. Isso revela como o acesso a vários serviços não tem sido visto como um direito da população.

Pudemos observar que as barreiras são maiores para as mulheres mais velhas. A angústia das militantes em relação às dificuldades que encontram no uso da internet, dos computadores e celulares revela a importância do domínio e do acesso a essas ferramentas em suas vidas. Nas falas que apresentamos a seguir, podemos perceber como participar do universo *on-line* contribui para o fortalecimento da autoestima, autonomia e confiança das mulheres, sendo importante nas suas vidas profissionais e na sua sociabilidade. E como não dominar essas ferramentas se torna um impedimento para várias outras coisas.

“A s minhas irmãs dizem que eu estou muito chique porque eu aprendi a usar essas coisas. Eu aprendi agora há pouco, de um ano pra cá, a usar

a internet. Mas no celular mesmo eu aprendi de uns três meses pra cá. [...] Eu faço vídeo conferência. Minha filha me ensinou, eu ensinei a Neném. Eu estou aprendendo a baixar, a deixar ele alto.”

Participante 5, Recife, 2018.

“Eu comecei a estagiar na semana passada e estou tendo dificuldade por não ser tão antenada. O pessoal usa o Skype. Eu me perco, tenho que pedir ajuda. Tenho computador em casa, tenho celular, que eu uso bastante, mas eu não consegui ainda, como eu posso dizer, me empoderar dessa ferramenta. [...] Eu estou vendo essa necessidade de se inserir nesse mundo por causa do trabalho.”

Participante 3, Recife, 2018.

“Eu uso para estudar. Encontrei dificuldades na faculdade. Porque muitos professores, na sua prepotência, querem que você acesse tudo pela internet. Não sabem como é a nossa realidade, as dificuldades.”

Participante 9, Recife, 2018.

4. “Um aplicativo que não falha na minha casa é ser mãe”: o uso da internet e os trabalhos de cuidado

A falta de tempo é um aspecto marcante da vida das mulheres, sobretudo quando estamos falando de mulheres das classes populares, que enfrentam longas jornadas de trabalho e, muitas vezes, longos caminhos para ir e voltar do trabalho. Isso ocorre sobretudo por causa da divisão desigual entre homens e mulheres das responsabilidades com a casa e com o cuidado da família. Nós, mulheres, vivemos uma jornada de trabalho ampliada, que inclui não apenas os trabalhos que fazemos fora de casa, mas também os afazeres domésticos e o cuidado com as crianças, idosos ou qualquer pessoa que esteja precisando de assistência com quem tenhamos vínculos próximos. Em meio a estas questões, nos sobra pouco tempo para o lazer e para os nossos

próprios interesses. Isso não é diferente em relação ao uso da internet, como sugerem alguns depoimentos que ouvimos no dia:

“Às vezes, quando eu quero ver as coisas, é muito cedinho. Cinco horas da manhã eu estou lendo as mensagens.”

Participante 4, Recife, 2018.

“Eu percebi que a internet, ela precisa de tempo. E mulher é muito sobrecarregada. Uma coisa que eu percebi é que eu não tenho tempo para perceber como utilizar a internet. Porque você entra numa coisa, depois vai pra outra. Meu dedo vai pra um lado e vai pra outro.”

Participante 9, Recife, 2018.

A internet também introduz uma nova responsabilidade para as mulheres em relação ao cuidado das crianças: monitorar o conteúdo que elas acessam. Assim como várias outras necessidades que dizem respeito ao cuidado, essa é mais uma função que se torna, em larga medida, uma responsabilidade das mães. As participantes da roda que têm filhos afirmaram que, às vezes, outras pessoas até observam que a criança está acessando um conteúdo indevido mas, mesmo nesses momentos, elas é que são chamadas a intervir. O uso da internet por crianças cada vez menores, dessa forma, traz mais uma tarefa para a vida das mulheres.

“Eu tenho muito problema com meu filho, [ele] quer ser Youtuber. O controle dessas coisas da internet tem sido um problema também, porque a gente não tem tempo para monitorar essas coisas. A gente tem várias regras, mas a gente precisa estar monitorando. E o tempo da gente é muito curto. A gente precisa estar na internet e a gente precisa também monitorar o outro na internet.”

Participante 8, Recife, 2018.

“Além da educação doméstica que a gente tem que dar, além da educação na escola, a gente precisa dar educação tecnológica.”

Participante 10, Recife, 2018.

As militantes demonstraram grande preocupação com o conteúdo que as crianças acessam. Foi interessante perceber como a preocupação com a segurança dos filhos apareceu de forma recorrente enquanto a preocupação com a nossa própria segurança na internet apareceu apenas em momentos muito pontuais. Na nossa leitura, isso também é reflexo de como a maternidade ocupa um grande espaço na vida das mulheres, principalmente porque as suas responsabilidades não são divididas de forma igualitária com os pais e outros responsáveis.

A preocupação com o conteúdo acessado pelas crianças se acentua nos casos em que as mães não têm um grande domínio das ferramentas. Há uma inversão da relação de poder e do processo educativo entre mães e filhos, que ocorre, às vezes, quando eles ainda são muito pequenos. Ouvimos de algumas das mães presentes que seus filhos exploram ferramentas que elas não sabem manejar, gerando uma série de preocupações.

“Um dia desses eu abri meu e-mail e tinha lá ‘irmão trolagem’. O que é isso? Eu não sei usar tudo no e-mail, mas os meninos sabem. Eu perguntei ‘O que é isso de irmão trolagem?’. ‘Ah, mainha, não queira nem saber’. Então eu fico conversando. Porque essas ferramentas também têm muita coisa ruim. Além de ser mãe, ter o cuidado de saber o que eles estão postando. E também de saber como manusear as ferramentas que meus filhos estão usando.”

Participante 6, Recife, 2018.

A falta de tempo e oportunidade para aprender a utilizar algumas ferramentas se soma, nestas situações, à falta de disponibilidade das crianças, adolescentes jovens para explicar às mães, tias e avós questões relativas ao uso dessas tecnologias. Algumas participantes falaram que podem contar com a ajuda das pessoas mais jovens quando têm dúvidas e dificuldades em relação às funções básicas do computador e do celular, mas a maioria relatou que não encontra pessoas pacientes e dispostas a ajudá-las. Esse contexto dá lugar a sentimentos de frustração e falta de apoio. As mulheres que são mães desabafaram que não sentem o seu cuidado retribuído, porque, em geral, dedicam atenção e paciência ao processo educacional dos filhos, mas

essa mesma atenção não é retribuída quando elas precisam de ajuda. Em relação a isso, algumas participantes desabafaram:

“Como assim você não tem tempo para me ensinar? Eu tive tempo para trabalhar para comprar esse computador, tive tempo para trabalhar para comprar esse celular, tive tempo para trabalhar para pagar a sua faculdade e você não tem tempo para me ensinar?”

Participante 10, Recife, 2018.

“Eu tenho dificuldades, mas eu tenho dificuldades porque eu não tenho tempo. Então preciso que alguém pare e me ensine.”

Participante 9, Recife, 2018.

“Quando eu chego para os jovens, percebo a dificuldade que eles têm de ensinar o que sabem para a gente. Às vezes nem respondem. Não têm paciência. Mas a gente precisa ter paciência quando eles precisam. É sempre assim. Eu disse ‘bicha, a gente não nasce sabendo, não’. [...] Pela facilidade que eles têm hoje de acessar, é bem mais fácil. Mas pra gente não é. Às vezes eu quero saber como eu faço um videozinho para postar. Ela não me ensina o passo a passo. Essa é a grande dificuldade.”

Participante 3, Recife, 2018.

5. “A internet me consome”:

internet e saúde mental

A intensidade com a qual a internet está presente em nossas vidas muitas vezes gera um sentimento de sufocamento. Ela consome bastante tempo e consome também as nossas energias e a nossa saúde mental, principalmente por causa da ansiedade que tem gerado em nós. Quase todas as mulheres presentes relataram algum tipo de desgaste em relação a esse uso, seja como “abuso”, “cansaço”, manifestando que é preciso ter cuidado, expressando certa nostalgia em relação aos tempos em que não existia celular ou exemplificando a

presença ostensiva da internet no seu dia a dia, principalmente do WhatsApp. Alguns relatos revelam esse desgaste:

“Uso muito a internet para responder o Zap, que é diário. Tem horas que enche o saco. Até de noite.”

Participante 1, Recife, 2018.

“Às vezes eu encho o saco do celular. Eu acho que as pessoas estão perdendo contato. Pra piorar a situação, os advogados do Sindicato agora tudo é no Zap. Ah, mas eles enchem o saco.”

Participante 2, Recife, 2018.

“Eu acho importante também a gente retomar o contato direto, ligar, porque as pessoas estão perdendo isso.”

Participante 6, Recife, 2018.

“A minha relação com a internet é bem íntima, bem legal, mas exige cuidado. A gente tem que cuidar da nossa sanidade.”

Participante 7, Recife, 2018.

“A internet, eu estou com ela 24 horas. Eu só desligo para dormir. Mas quando eu acordo, é a primeira coisa que eu vejo. É uma coisa meio escravagista. [...] Eu acho que a gente fica muito amarrado no WhatsApp.”

Participante 8, Recife, 2018.

“Eu uso o celular o tempo inteiro. Mas isso não é saudável. Minha ansiedade piora muito. Como eu estou conectada o tempo todo, as pessoas acham que eu preciso responder na hora. Não tem hora de trabalho, não tem hora de militância.”

Participante 14, Recife, 2018.

“Uso WhatsApp. Odeio muito, mas ele é bastante necessário. Mas as pessoas acham que o mundo gira ao redor delas no WhatsApp. As pessoas sabem que o grupo tem 500 mensagens. Ficam colocando milhões de ‘bom dia’. E depois você

não vai pra reunião e as pessoas perguntam. E eu digo que eu não sabia. ‘Você não vê o grupo?!’.

Participante 11, Recife, 2018.

A aceleração da comunicação na internet, somada às questões que já foram discutidas como a falta de tempo na vida das mulheres, o excesso de informações, as dificuldades para aprender a utilizar as ferramentas e a indisponibilidade das pessoas ao redor para ajudar, acabam gerando angústia na relação que estabelecemos com estas tecnologias. É uma relação ambígua. Por um lado, as participantes relataram muitos benefícios que veem nesse uso e o desejo de aprender a utilizar melhor as ferramentas. Por outro, há frustração e esgotamento.

Quando o assunto é política, os desgastes podem ser ainda maiores. As militantes falaram sobre os embates no *Facebook* e em grupos de *WhatsApp* com amigas, familiares e colegas de trabalho. Religião e eleições apareceram como alguns dos principais temas que geram discussões.

“Eu tenho tentado abstrair muita coisa da internet. Eu não tenho usado muito a internet pra fazer militância, por uma questão de saúde mental mesmo. Porque a gente se indispõe muito com as pessoas. Eu parei depois que eu peguei uma briga com um amigo meu sobre racismo que eu fiquei muito mal. Aí, depois disso, eu parei. Uso mais pra socializar, postar foto.”

Participante 8, Recife, 2018.

“Eu usava muito o Facebook no celular. Mas quando aconteceu a morte de Marielle as pessoas se passaram de uma forma que eu desisti. Aí desinstalei. Quando fui instalar de novo não tinha mais espaço no celular.”

Participante 11, Recife, 2018.

“Na época em que Lula foi preso, eu tirei o Face para não brigar com ninguém.”

Participante 4, Recife, 2018.

“No Face eu não coloco muita coisa, porque eu não tenho paciência. Porque no Face as

“pessoas querem falar a sua opinião, mas quando você fala, as pessoas não respeitam a sua opinião. Ai eu prefiro não falar. Tem muita briga.”

Participante 3, Recife, 2018.

O que a gente pode perceber na fala das militantes é que há um incômodo gerado pelas opiniões que lemos, mas nem sempre há disposição para entrar nos debates. Às vezes, preferimos sair da rede social do que “entrar em confusão”. Mas, se estamos falando de mulheres que estão engajadas na militância, podemos pressupor que as disputas políticas estão, de alguma forma, presentes em nossas vidas. Por que motivo algumas de nós estamos mais dispostas a nos envolver em disputas fora da internet do que na internet? Uma das respostas a essa pergunta pode estar relacionada ao tempo e à forma como se dão os debates políticos na internet, que os torna mais estressantes. A fala de uma das participantes ilustra bem esta questão.

“É uma dificuldade até pra você se posicionar. A gente não tem tempo de colocar todos os argumentos que a gente tem na internet. É tudo muito superficial. E ninguém vai mudar de opinião por causa de um debate de internet. Então eu prefiro me dedicar a uma coisa mais profunda. Pra você explicar tudo o que você acredita, não dá, é muito rápido. É tudo muito instantâneo. E às vezes demora mais do que deveria. Isso gera angústia, porque aquilo não é uma coisa que você falou e passou. Ficou registrado. Então abre espaço pra todo mundo falar sobre aquilo que você falou. O tempo da internet é diferente do tempo da vida.”

Participante 8, Recife, 2018.

O relato dessa participante sintetiza a complexidade da relação entre o tempo da internet e o tempo da vida. Por um lado, são debates que se dão num ritmo muito rápido, exigem prontidão de quem está participando e precisam ser sintéticos, já que, como foi colocado por algumas participantes, no Facebook as pessoas não leem muito. Por outro lado, o fato de ficar registrado faz com que o debate não se encerre. A militância deixa de estar circunscrita a espaços e horários específicos porque, a qualquer momento, você pode acessar o celular

ou o computador e continuar o debate ou ver a repercussão do comentário que você colocou. O que pudemos perceber é que a internet trouxe questões completamente novas para a nossa militância, para as quais muitas vezes ainda não temos respostas.

6. Internet e militância

A partir da experiência da roda de diálogo, podemos diferenciar duas formas de militância na internet presente na vida das mulheres com quem conversamos.

(1) A primeira forma não encara a internet como um espaço de disputa política, e sim como um meio de comunicação e mobilização que pode potencializar nossas redes, movimentos e coletivos e nossas atividades presenciais. Essa militância não se dá através de debates e disputas em espaços *on-line*, mas através do envio de convites e registros de eventos, do acesso a informações, do fortalecimento da comunicação entre as militantes e do aprofundamento dos nossos conhecimentos sobre as temáticas relacionadas à militância. Os relatos a seguir trazem exemplos desse tipo atuação:

“Gosto de colocar quando a gente está no movimento, para divulgar quando a gente está na rua. Eu convido as companheiras nos grupos do Zap pros eventos.”

Participante 2, Recife, 2018.

“O grupo que eu acompanho da militância, eu só leio, não posto nada. E o que eu vejo que pode ser útil para o meu grupo, eu falo.”

Participante 3, Recife, 2018.

“Eu gosto de postar foto quando a gente está em reunião. Tiro foto e mando pro grupo do Zap. Só no WhatsApp.”

Participante 5, Recife, 2018.

“Eu divulgo muito os eventos. Os atos que vão acontecer. Eu fico vibrando. Às vezes eu não consigo ir, mas fico conversando com as meninas. Tu vai? Vai lá!”

Participante 6, Recife, 2018.

“D e militância, eu divulgo. Eu perguntei a [minha filha] como era. Aí [ela] disse ‘Você copia aqui, você vai onde a senhora quer e cola aqui.’”

Participante 13, Recife, 2018.

As militantes que atuam dessa forma na internet compreendem o espaço *on-line* como um espaço de disputa, mas não estão dispostas a participar destes embates, porque consideram muito desgastante. Dessa forma, usam estas ferramentas para potencializar a atuação que desenvolvem presencialmente.

(2) A outra forma de militância presente nos relatos se refere à visão da internet como uma arena de debate político. São mulheres que atuam na internet percebendo esse espaço como um lugar de disputa de narrativas e de tensionamentos. Nesse grupo, encontramos uma divisão entre **(2.1)** as militantes que repassam os conteúdos e **(2.2)** as militantes que produzem os conteúdos.

“G osto de repassar algumas frases para chocar. Às vezes eu coloco umas coisas no Face falando sobre racismo, falando sobre violência contra as mulheres. Crio polêmica entre os cristãos. Quem quiser curte, quem não quiser, não curte. Esse empoderamento eu aprendi com as companheiras.”

Participante 2, Recife, 2018.

“T em o grupo da família. É uma confusão. Mas família é família. A maior parte é evangélica. É difícil. Quando eu coloco alguma coisa de aborto, é uma confusão. Porque eu ainda não tenho propriedade de fazer o debate. Então eu tenho dificuldade. [...] No WhatsApp eu visualizo mais do que publico. Porque às vezes a gente coloca algumas coisas e as pessoas não entendem. Entendem errado. Então eu fico receosa.”

Participante 6, Recife, 2018.

Percebemos que as participantes que apenas repassam os conteúdos não costumam participar ativamente dos debates políticos dentro dos grupos do *WhatsApp* dos movimentos que fazem parte, a não ser quando são grupos menores dos seus coletivos ou agrupamentos mais

próximos. Há disposição para o enfrentamento político fora dos movimentos, que se manifesta quando repassam conteúdos polêmicos no *Facebook* ou em grupo de *WhatsApp*. Mas há entre esse grupo insegurança em relação à produção de conteúdo. Dessa forma, costumam repassar, nas redes sociais, textos, eventos, frases e imagens que recebem de grupos e pessoas em quem confiam.

A divisão entre quem reproduz e quem produz o conteúdo revela desigualdades presentes nos movimentos sociais que vão além do uso da internet. A segurança para produzir conteúdo está muitas vezes ligada às diferenças nas nossas formações, que têm uma evidente clivagem de classe, onde algumas mulheres tiveram acesso a uma formação que é mais valorizada do que outras. A iniciativa para produzir conteúdos está ligada também à segurança para se colocar em público e entrar em embates políticos. Ou seja, ela se relaciona com o maior ou menor acesso que temos à formação e informação, mas se relaciona também a mecanismos de opressão mais subjetivos presentes numa sociedade tão desigual como a nossa, onde há uma desvalorização dos conhecimentos e da forma de se expressar de uma parcela da população. São diferenças atravessadas principalmente por classe, raça e gênero. Isso tem um impacto muito grande na nossa autoestima e segurança.

Nos espaços de formação presencial e nas experiências de educação à distância da Universidade Livre Feminista, temos percebido que a valorização das experiências das mulheres encoraja a nossa participação nas discussões. Às vezes, nos sentimos mais seguras para falar das nossas vidas do que para falar de determinados temas de forma mais geral ou teórica. E quando falamos das nossas vidas, estamos também travando debates políticos e formulando ideias sobre o mundo em que vivemos. Quando refletimos sobre as nossas vidas conjuntamente, estamos construindo um conhecimento coletivo sobre a sociedade. Mas como fazer com que nós próprias reconheçamos todo o conhecimento que temos? E como fazer com que a gente se sinta mais confiante para a fala pública e para debater, dentro e fora dos nossos movimentos, sobre esses temas?

O que pudemos perceber na roda de diálogo é que dois caminhos são importantes para reduzirmos as desigualdades existentes na nos-

sa participação política: a formação interna e o nosso fortalecimento. O entrelaçamento entre esses dois processos é um princípio importante da pedagogia feminista. O acesso à informação, quando não é acompanhado de um processo de fortalecimento também emocional, não garante necessariamente a nossa autonomia para o enfrentamento político, porque a insegurança e a baixa autoestima muitas vezes são impedimentos para a nossa participação nos debates.

O combate às desigualdades existentes dentro dos movimentos não é importante apenas para a forma como se dá a nossa atuação na rua ou na internet. Ele é importante para a construção dos nossos próprios espaços políticos, uma vez que a cara e as pautas dos nossos movimentos vão ser definidas pelas militantes que se sentem fortalecidas para fazer as disputas internas. Quando temos sérias desigualdades de classe e raça dentro desses espaços, muitas questões referentes às vidas das mulheres em situações mais vulneráveis acabam sendo obscurecidas, isso é um sério impedimento para que a gente consiga avançar na conquista de direitos importantes para todas nós.

Na nossa roda de diálogo, as militantes que disseram que produzem conteúdo político na internet foram minoria (apenas quatro participantes) e todas tinham menos de trinta anos. Três delas iniciaram a sua militância na própria internet e têm uma relação intensa de consumo e produção de conteúdo. Elas afirmaram que foi através da internet que ampliaram a sua rede de militância (foi, inclusive, no espaço virtual que conheceram umas às outras) e que os conteúdos com os quais entraram em contato em redes sociais, *YouTube* e *blogs* tiveram um grande impacto na sua formação. Elas contaram que recorriam aos conteúdos da internet para conversar com amigos e familiares quando ainda não se sentiam seguras para discutir determinadas temáticas. Com o tempo, foram se apropriando das discussões e entendendo a importância de falarem, elas próprias, sobre as suas realidades. Hoje, escrevem textos, produzem vídeos, escrevem poesias, divulgam ilustrações. Essas questões podem ser percebidas nos relatos a seguir:

*“H*oje em dia eu utilizo a internet como um meio de militância direta. Além do corpo a corpo, a internet é um meio que eu uso de militância. Mas

isso foi toda uma construção, uma segurança de construir novas narrativas. De saber que na internet a gente pode expor o que a gente vive no dia a dia. De construir uma nova narrativa enquanto mulheres negras, periféricas. Falar por nós mesmas. [...] Eu utilizo muito Instagram. Por enquanto eu construo as narrativas da gente. E denuncio. Eu utilizo muito o Facebook para denunciar. Tanto as coisas boas como as coisas ruins que a gente vive e ninguém sabe. E é como ela falou, tem muito aqueles comentários. Tem gente que se sente no direito de falar qualquer coisa. Hoje eu tenho tentado manter a minha sanidade, utilizar a rede de forma madura. E aceitar que hoje a rede é uma forma de militância.”
Participante 7, Recife, 2018.

“O coletivo que nós somos começou como uma página no Facebook. Grupos que já existiam começaram a chamar a gente pra participar de eventos. Então a gente se formou na internet. Ai depois a gente não queria ser só uma página, mas um coletivo que divulga suas ações pela internet. Então a gente começou a usar outras ferramentas: Instagram, YouTube.”

Participante 11, Recife, 2018.

Para além de visibilizar as suas próprias realidades e disputar espaços políticos, estas militantes também entendem que, ao se colocarem nas redes sociais, elas têm a possibilidade de levar debates para as pessoas que pertencem às suas redes de contato mais próximas, mas com quem não conversariam sobre determinados temas. Dessa forma, suas atividades *on-line* também atravessam as barreiras da internet e acabam se inserindo no seu cotidiano, uma vez que as coisas que elas postam acabam levando a outras conversas entre vizinhas, amigas e familiares.

“Às vezes tem gente que chega pra conversar comigo dizendo ‘poxa, eu nem tinha pensado nisso’. Porque eu não tenho no Face só as pessoas da militância. Eu tenho no Face a minha prima que tem três filhos e o marido está preso. A minha vizinha que o filho está preso e acha que a guerra é contra as

drogas e não contra os nossos corpos negros. Então, é um espaço que dá pra conversar sobre essas coisas.”

Participante 7, Recife, 2018.

Se a internet nos trouxe novos desafios, ela gerou também uma série de facilidades para as nossas vidas, possibilitando que participássemos de debates e espaços que não participaríamos antes. Essas experiências fazem com que algumas de nós tenhamos uma visão otimista sobre as possibilidades que a internet traz para a militância. Entre seus benefícios, foram colocadas as facilidades em relação à comunicação, a redução de tempo e custo para realizar reuniões (que podem ser realizadas *on-line*) e a economia no acesso a conteúdo (coisas que antes precisavam ser compradas e agora podem ser encontradas na internet).

“Agora o que é importante. No agreste a gente tinha muita dificuldade de comunicação antes da internet. Pra marcar reunião era uma confusão. Tinha que ir atrás de um celular com crédito. E nem sempre tem celular com crédito. Quando não tinha dinheiro pra botar, a gente ia atrás de parceiro, sindicato, prefeitura. Dizia que ia ligar pro SUS mas, na verdade, ia ligar pras companheiras pra marcar reunião. Agora, com internet, ficou bem mais fácil. Flui mais. A gente acaba fazendo essa articulação e é muito importante.”

Participante 14, Recife, 2018.

“Antes você precisava sair de casa pra ir pra uma reunião, pra um evento. Agora, aquilo que você ia aprender naquela reunião ou no evento você pode encontrar no YouTube de forma muito didática. [...] A internet faz com que as pessoas vejam o nosso dia a dia e se sensibilizem por nós. Então eu, como mulher negra, percebo que a internet me traz visibilidade. Eu posso falar as coisas que acontecem comigo e tenho visibilidade.”

Participante 11, Recife, 2018.

Esse segundo depoimento também revela uma leitura da internet como um espaço de debate mais democrático. A internet tem sido vis-

ta por algumas autoras e autores como uma arena que possibilita a vocalização de grupos oprimidos historicamente. Essa é uma interpretação partilhada por estas militantes. Na internet, elas encontraram conteúdos com os quais se identificavam e também foram encontrando espaço para falar das suas próprias experiências.

Priscilla Brito³³, entretanto, chama a atenção para a importância de domínio de técnicas de comunicação e a compreensão da estrutura de funcionamento das redes sociais para fazer com que o conteúdo produzido tenha visibilidade. Isso significa que saber gravar e editar vídeos, escrever textos que se encaixem nos modelos que fazem sucesso na internet, dominar ferramentas de *design* que possibilitam que as mulheres produzam *memes* e *cards* e entender os mecanismos de difusão das postagens nas redes sociais são questões centrais para o sucesso que um conteúdo vai ter na internet ou não. As mulheres mais jovens presentes na roda foram as que demonstraram confiança em relação a esses conhecimentos.

“É o importante é que a gente tenta falar não apenas de nós para nós. Porque o Facebook cria uns algoritimos que só vê quem já vê sempre. Então a gente tem uma estratégia no Fórum do Agreste. Quando a gente posta na internet, entra todo mundo no Facebook pra compartilhar.”

Participante 14, Recife, 2018.

O domínio dessas ferramentas e a compreensão do funcionamento das redes sociais se soma a outras dificuldades que foram relatadas por algumas mulheres, como o fato de não se sentirem confortáveis para falar publicamente ou escrever textos sobre certos temas, a falta de tempo para produzir conteúdos e a falta de tempo para aprender a usar melhor a internet, ter acesso a celulares e câmeras que possibilitem a produção de vídeos com qualidade, entre outras questões.

A internet pode, de fato, facilitar as nossas vidas e ampliar nossas formas de organização e participação política. Mas, diante das desigualdades que estão postas nas nossas vidas, ela pode ser também mais um meio de exclusão. Por exemplo, se a realização de reuniões

[33] Na sua dissertação, citada anteriormente.

pode nos ajudar, reduzindo custo e tempo de deslocamento, outras mulheres colocaram a sua impossibilidade de participar de reuniões que acontecem na internet porque não sabem utilizar as ferramentas necessárias. Como utilizar a internet ao nosso favor, entendendo toda a diversidade que existe nos nossos movimentos?

A ampliação do domínio e da familiaridade com as ferramentas da internet é um caminho importante, mas nós acreditamos que isso precisa ser acompanhado de processos de formação e fortalecimento dentro dos nossos próprios movimentos, que busquem combater as desigualdades entre nós. Nós acreditamos que diferentes tipos de processos formativos podem contribuir para esse fortalecimento. A EaD aparece como mais um recurso disponível, que pode ampliar o nosso acesso a informações e espaços de interação. Entretanto, concluímos também que se a forma como os cursos e as plataformas *on-line* são pensados não estiver alinhada às diferentes maneiras como utilizamos a internet, corremos o risco de esbarrar e reproduzir as desigualdades já existentes.

O que podemos concluir a partir dessa experiência é que ainda temos muito o que conversar sobre os usos que fazemos da internet e o impacto que isso tem em nossas vidas. Essa é uma ferramenta cada vez mais presente no nosso cotidiano, ela traz novidades boas, tem potências que podemos explorar e traz também novos desafios para pensarmos na nossa atuação política.

Referências bibliográficas

ÁVILA, Maria Betânia. “Notas sobre o Trabalho Doméstico”. **Cadernos de Crítica Feminista**. Recife, ano 1, n. 0, pp. 38-55, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2YIKLHr>.

BANDEIRA, Lourdes Maria; PRETURLAN, Renata Barreto. “As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil”. Natália Fontoura e Clara Araújo (orgs.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, pp. 43-60, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3bTF0or>.

BRITO, Priscilla Caroline de Sousa. **“Primavera das mulheres”**: internet e dinâmicas de protesto nas manifestações feministas no Rio de Janeiro em 2015. Dissertação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

INTERVOZES. **Marco Civil da Internet**: violações ao direito de acesso universal previsto na lei. São Paulo: Intervozes, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3d5pZjv>.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Pesquisa indica que 69% dos moradores do Recife usam a internet”. **Diário de Pernambuco**: Recife, 12 de dezembro de 2015. Economia. Disponível em: <https://bit.ly/2KLFBN7>. Acesso em: 20 abr. 2020.

Abrindo caminhos...

Longe de gerar conclusões, a realização da *Pesquisa-diagnóstico Mulheres populares militantes e uso da internet* nos abriu um campo fecundo para novas reflexões sobre as práticas político-pedagógicas da Universidade Livre Feminista. Neste sentido, podemos dizer que alcançamos nosso objetivo inicial que era levantar elementos que contribuíssem para a superação das dificuldades encontradas na realização de processos educativos e de comunicação com mulheres de diferentes partes do país.

Estabelecer diálogos e aprofundar questões sobre as desigualdades estruturais presentes nas vidas de mulheres da cidade, do campo e das florestas – a partir de recortes regionais bem definidos – foi uma experiência extremamente rica. Os desafios são imensos, pois muitos estão para além de nossa governabilidade. Mas, sem dúvida, os aprendizados desse processo irão dar suporte às nossas estratégias de formação e comunicação para o futuro, especialmente no que se refere ao fortalecimento de coletivos feministas e de mulheres, um de nossos objetivos e sentido de existir da Universidade Livre Feminista.

Como desenvolver uma pedagogia feminista que envolva todas as mulheres, considerando as diversas assimetrias entre nós? Que espaços virtuais, tecnologias e metodologias podem colaborar para ampliar a participação em nossos processos formativos? Como evitar que nossos cursos sejam mais um fator de pressão para as mulheres no acesso à internet? Estas são algumas das questões sobre as quais temos refletido coletivamente ao longo dos nossos percursos educativos e de investigação.

Ao mesmo tempo, este mergulho nas realidades tão diversas das participantes da pesquisa nos ajuda a perceber outros ângulos no uso e acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC) por mulheres militantes de classes populares. Tendo em vista que inúmeras desigualdades sociais atravessam as nossas vidas, se faz necessário avançarmos na reflexão sobre os processos vivenciados por essas militantes, a partir de seus coletivos e redes, em relação ao acesso à internet e ao uso das tecnologias. Entre alguns elementos levantados e que impactam a relação das mulheres militantes com a internet, destacamos o racismo estrutural, as desigualdades de gênero, de classe, territoriais e regionais, violências e ameaças a defensoras de direitos humanos.

Ao mesmo tempo, há que se aprofundar a análise sobre as (novas) práticas de articulação, mobilização e comunicação das mulheres no ambiente digital, estratégias de cuidados digitais individuais e coletivos, e sobre a ação política no contexto de pandemia de Covid 19 no Brasil. Em relação a esse último ponto, observa-se o quanto as mulheres estão atuando fortemente neste momento, utilizando as TIC na construção de estratégias frente a ameaça de genocídio de grande parte da população brasileira – não por acaso negra, pobre e residente em áreas periféricas –, realizando transmissões ao vivo para marcar posicionamentos públicos na defesa dos direitos humanos, em denúncias de violações e confronto com as forças fascistas e ultraneoliberais. Sem falar nas redes e estratégias de solidariedade, autocuidado e cuidado entre nós neste momento de extrema dificuldade e de perdas de vidas que importam.

Assim, apresentar os resultados da pesquisa justamente em meio a uma crise sanitária, política e civilizatória de proporções não imaginadas no Brasil deixa ainda mais nítida a necessidade de darmos passos adiante no caminho de enfrentamento dessas desigualdades estruturais e injustiças que atravessam as vidas de nós mulheres e grande parte da população brasileira.

Universidade Livre Feminista

Criada em 2009, a **Universidade Livre Feminista** é uma ação coletiva e colaborativa que promove a reflexão, a troca de ideias, vivências e experiências entre mulheres de diferentes origens, identidades e campos de atuação, articulando sujeitos da luta feminista, antirracista e anticapitalista. Através de atividades presenciais e virtuais, desenvolve processos contínuos de formação política feminista, visando fortalecer a ação política coletiva das mulheres, para que possam ser sujeitos de suas vidas e da luta para a construção de uma sociedade justa e igualitária. Utiliza uma metodologia que busca adaptar para o ambiente EaD (Educação à Distância) elementos da práxis educativa feminista, levando em consideração as diferentes realidades das mulheres, valorizando as vivências e experiências de cada uma.

Até 2017, a maioria de nossos processos de formação era realizada apenas online – através da Plataforma de Formação Feminista (*Moodle*). A partir de 2018, em parceria com coletivos e movimentos de mulheres das várias regiões do país, foram realizados processos de formação feminista em formato semipresencial (com etapas EaD e outras presenciais). Estes processos têm mostrado resultados positivos, dentre os quais, uma maior participação e envolvimento das educandas com os cursos, tanto nas suas atividades virtuais como presenciais; um aumento de aproximadamente 200% no número de participantes concluindo os cursos; e maior engajamento e aumento de militantes em vários dos movimentos e coletivos parceiros nos cursos.

Outra linha de ação é a “Comunicação para fortalecer as lutas feministas”, contando com um site, canais de vídeos no *Vimeo* e no *YouTube* e perfis nas redes sociais (*Facebook*, *Instagram* e *Twitter*). Nessa linha, destacamos as parcerias com as Blogueiras Negras e Blogueiras Feministas. Nos dois últimos anos, também começamos a atuar mais fortemente na promoção dos cuidados e segurança digital para a militância feminista, realizando várias atividades, dentre elas o lançamento da *Guia de Segurança Digital Feminista*, em parceria com outros coletivos de mulheres, como MariaLab e Blogueiras Negras, que atuam no campo do cyberativismo e da tecnologia digital.

A **Universidade Livre Feminista** hoje está ancorada no Centro Feminista de Estudos e Assessoria — CFEMEA, em colaboração com outras duas organizações feministas: a Cunhã — Coletivo Feminista e o SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia. No entanto, como projeto colaborativo, ela é composta por mulheres que integram sua Rede de Colaboradoras, um grupo de 32 ativistas feministas (educadoras, artistas, trabalhadoras de ONGs, professoras universitárias, ativistas de movimentos, comunicadoras, entre outras), que atuam em diversos espaços e que, voluntariamente ou eventualmente contratadas, realizam ações e atividades dos projetos da **Universidade Livre Feminista**.

realização



Universidade
Livre Feminista



SOS CORPO

Instituto Feminista para a Democracia

apoio

GLOBAL FUND FOR
WOMEN

Brot
für die Welt



FORDFOUNDATION



INTERNATIONAL WOMEN'S
HEALTH COALITION



HEINRICH
BÖLL
STIFTUNG

A Fundação Política Verde

parcerias



FÓRUM DE
MULHERES DE
PERNAMBUCO

fcm

Fórum Cearense de Mulheres

